

DIREITO, ÉTICA E RELIGIÃO: Considerações Gerais

INGOMAR BRANDES

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito
da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à
obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas -
Especialidade: Direito

Orientador: Prof. Dr. NILSON BORGES FILHO


**Florianópolis
1994**

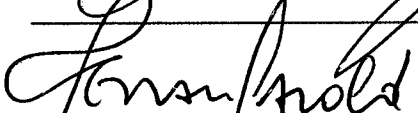
DA SESSÃO DE DEFESA


A Dissertação "Direito, Ética e Religião: Considerações Gerais" elaborada por INGOMAR BRANDES e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada à obtenção do título de **Mestre em Direito**.

Florianópolis, _____


BANCA EXAMINADORA:








Silvan A. Vicent



Prof. DR. LEONEL SEVERO ROCHA

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito/ UFSC



Prof. DR. NILSON BORGES FILHO
Orientador

Ressalva

**A aprovação do presente trabalho acadêmico
não significa o endosso do Prof. Orientador,
da Banca Examinadora e do CPGD-UFSC à
ideologia que o fundamenta ou nele é exposta.**

Dedicatória

À memória do inesquecível Prof. Dr.
Osni de Medeiros Regis, que em provecta
idade ainda se fazia presente, mesmo já
estando aposentado, ilustrando o conhecimento
dos mestrandos com memoráveis
lições de Antropologia e Sociologia
do Direito, verdadeira Arqueologia
do Direito, despertando o sentido da universalidade
das normas jurídicas.

SAUDADES

Gratidão

**A Meu Mestre, Dr. NILSON BORGES FILHO,
respeito e gratidão pela paciência e sabedoria
com que se relacionou com os mestrandos,
demonstrando que a Humanidade pode ter
esperanças enquanto conseguir formar
Mestres deste quilate.**

RESUMO

Pretende-se com esta dissertação "DIREITO, ETICA E RELIGIAO" abordar a íntima ligação entre estes três tão importantes ramos dos estudos sociais, abordagem esta de máxima importância nestes tempos de crise, quando a humanidade mais do que nunca necessita de uma nova visão dos problemas éticos, de acordo com a atual evolução histórica da civilização.

Em primeiro lugar enfocar-se-á o problema da Etica como uma das fontes do Direito, esta, por sua vez baseada nos princípios da religião politeísta romana e da monoteísta hebraica, sendo que este conjunto formou o alicerce das instituições do Estado Moderno.

No segundo capítulo "Aspectos da Origem e Evolução da Religião" serão abordados os aspectos da origem das religiões, principalmente a romana e a judaica e seu papel na formação das instituições e da Etica : a sistematização do Direito como ciência em Roma; a formação da Etica na evolução cultural da religião monoteísta. Vem a seguir a crise do Estado moderno a nível mundial e brasileira; o motivo da decadência: o abandono destes princípios e sua não aplicação.

Na terceira seção haverá a demonstração dos conceitos e origens da Ética, da Moral; os princípios da Religião, da Moral e do Direito; a Ética institucionalizada, a solução da crise.

Chegando-se ao quarto capítulo "A Sociedade a Attingir e a Metodologia Para a Consecução do Objetivo": alcançar uma sociedade onde haja Justiça Social, resultante da aplicação efetiva do Direito, pois a Justiça, a Igualdade, a Liberdade e o Direito tornar-se-ão efetivos.

ABSTRACT

With this thesis : Law, Ethics and Religion, we have the intention to considerate the great connection in this three branches of the social studies. This considerations are of the most importance in this time of crisis, when the mankind needs a new sight in the ethic problems, attending the evolution of the civilization.

In a first time we will aboard the problem of the Ethics as a source of the Law, and itself based in the principles of the roman religion of many gods and the jewish religion based only on one god. This conjunct forms the basis of the institutions of the modern State.

In the second chapter - Aspects of the Origin and Evolution of the Religion we will see about the aspects of the origin of two religions, principally the Roman and the Jewish and their important paper in the formation of the Institutions and the Ethics; the way the law mad for his transformation in a science in Rome; the formation of the Ethics in the cultural evolution of one God religion; forwards we will see the crisis of the Modern State in the world and in Brazil; the causes of decline in reason of the abandonment of this basic principles and his application.

In the third chapter will be demonstrated the concepts of the origin of the Ethics and the moral principles, the foundation of the Religion Moral and Law; the formation of the State Law by Ethics; and the solution of the crisis.

The fourth chapter - The Society to reach and the Metodology - will demonstrate the way into a Society with a Well Fare State, resulting from the real aplication of the Ethics, so that Iguality, Liberty, Justice can be effective.

SUMARIO

Introdução	
A Tragédia - O Direito Ilegítimo e Ineficaz	2
Objeto, Objetivo, Estrutura e Método	7
Orientação Ideológica	10
Da Relevância e das Dificuldades	12
 Capítulo I	
Direito, Ética-Religião-Considerações Gerais	
A Situação Brasileira	16
 Capítulo II	
Aspectos da Origem e Evolução da Religião	
Romana como Formadora das Instituições	29
As Instituições Romanas Baseadas na Religião	34
A Sistematização das Leis em Roma, Originando	
a Ciência do Direito	39
O Estado contemporâneo e sua crise	43
As Instituições Brasileiras Após a Constituição	
de 1988	51
 Capítulo III	
As Instituições Israelitas Baseadas na Religião	56
A Introdução da Ética na Ciência do Direito	
Através da Religião Monoteísta	70
Conceito e Origem da Ética	73
A Essência da Moral	83
O Caráter Social da Moral	85
Moral e Direito	88
Os Problemas da Moral Social Contemporânea	91
A Decadência do Ocidente: O Abandono do	
Direito Natural	94
 Capítulo IV	
A ética como formadora de instituições	112
A Sociedade a atingir	119
A metodologia eficiente	121
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

INTRODUÇÃO

DE NOSSA PESSOA SILENCIAMOS: QUANTO AO
ASSUNTO, PORÉM, DE QUE SE TRATA AQUI
PEDIMOS QUE OS HOMENS O CONSIDEREM NÃO
UMA SIMPLES OPINIÃO, MAS, DE FATO, UMA OBRA;
E QUE TENHAM A CERTEZA DE QUE
NÃO SE TRATA DA FUNDAÇÃO DE UMA SEITA
OU DA JUSTIFICAÇÃO DE UMA IDÉIA, MAS
DE FUNDAMENTAÇÃO DO INTERESSE E DA
DIGNIDADE HUMANOS. QUE, ENTÃO CADA UM,
NO SEU PRÓPRIO INTERESSE ... ATENDA AO
BEM COMUM ... E SE EMPENHE POR ELE.
AFINAL, QUE CADA UM TENHA BOA FÉ E NÃO
JULGUE A NOSSA INSTAURATIO ALGO INFINITO
OU ULTRAMORAL E A COMPREENDA,
POIS, EM VERDADE, ELA SIGNIFICA O FIM
E O DEVIDO TÉRMINO DE UM IMENSO ERRO.

(Bacon de Verulamio - Instauratio Magna)

A TRAGEDIA: O DIREITO ILEGITIMO E INEFICAZ

O tema abordado, devido à sua relevância, está intimamente ligado à implementação e desenvolvimento da democracia no Brasil e no mundo, principalmente na campanha pela constitucionalização do país, uma vez que a luta continua. Acabamos de sair de um plebiscito para definir a forma e o sistema de governo e agora virá a reforma constitucional. A democracia brasileira deu um passo de grande significação e importância ao ver promulgada a Constituição de 1988. O Brasil entrou no âmbito dos países que adotam o Estado de Direito. Isto ficou claramente demonstrado quando o Presidente da República ficou impedido e renunciou, tendo tudo transcorrido em ambiente de absoluta normalidade, sem golpes, quarteladas e outras tragédias tão comuns na América Latina.

Entretanto, algo não parece normal nestes idos de 1994. Depois de transcorridos cinco anos da promulgação da Carta Magna, o Estado Brasileiro está em profunda decomposição econômica e social, proveniente de uma profunda crise do Direito, que se manifesta na ilegitimidade e ineficácia das leis gerando corrupção tão entranhada na vida nacional que parece que o país necessita de um Hércules para limpar as cocheiras de Augias; a miséria social aumenta cada vez mais, fazendo o país ser conhecido no ex-

terior como a "terra dos mata-meninos"; os problemas ecológicos já são escândalo de nível internacional; a crise econômica e financeira parece não ter fim, pois a recessão está sendo usada como terapia para a inflação. A crise já atinge a todos os setores, inclusive o Judiciário: há poucos dias o Supremo Tribunal Federal anulou subrepticiamente o artigo 114 da Constituição Federal por meio de interpretação tendenciosa. A crise chegou a tal ponto que já existem fortes indícios de movimentos separatistas decorrentes da falência do Estado Federal.

O que está acontecendo realmente? Será que nós brasileiros estamos diante de um imenso engano, alimentado pela imprensa comprometida, tentando encobrir a realidade? Ou estamos diante de uma síndrome social decorrente de problemas estruturais que vêm de longe, do processo de formação da nacionalidade e que até hoje não foram solucionados?

O núcleo do problema reside num só ponto: a ineficácia da Constituição, tanto em si mesma, como em sua aplicação. E mais ainda as influências deletérias sobre a sociedade. Depois de cinco longos anos, as leis complementares, em sua maioria, ainda dormem nas gavetas do Congresso Nacional. Só na área do Direito do Trabalho são mais de vinte leis a serem elaboradas¹. Outros trechos da Constituição são ambíguos e de difícil execução,

¹ Aristeu de Oliveira - Prática Trabalhista dos Direitos Sociais na Nova Constituição, p. 1/199

como o item do salário mínimo, por exemplo. Há a recessão para o empresariado e desemprego para os assalariados. E mais: o pior é o subemprego e a absoluta falta de oportunidades, aliados à altíssima taxa de concentração de renda e de riqueza. As últimas estatísticas do IBGE constataram que a metade da riqueza nacional está concentrada em dez por cento da população. E uma destas concentrações é o agrícola: ao invés de diminuir, os grandes latifúndios aumentam cada vez mais, com resultados funestos: assassinatos de líderes sindicais, religiosos, advogados, policiais e posseiros. Motivo: a resistência a uma "engenharia sócio-econômica" criminosa. A inflação de origem conjuntural e estrutural ronda a sociedade brasileira, pronta para tornar-se "galopante". E como choques econômicos perderam a credibilidade, fica a incógnita de como será a saída para a crise. Há o real perigo de não ocorrer uma explosão social, mas uma implosão devido à perda de capacidade de reação dos milhões de marginalizados.

O que fazer numa situação destas? O que a maioria está fazendo, cruzar os braços e deixar que aconteça? Ou dizer como Luiz XV: "Depois de mim o dilúvio?". A enorme vantagem que a humanidade de hoje em dia tem a seu dispor são as ciências humanas. Por meio delas o ser humano deixa de ser objeto da História para tornar-se agente. Os fatos sociais não precisam mais acontecer alheios à vontade dos cidadãos. Eles podem direcionar os acontecimentos. E qual a ciência que ordena e coloca em prática

as demais ciências chamadas humanas, com o objetivo maior de realizar o bem estar social? O DIREITO. Mas, então, se existe o Direito, existe e funciona, por que a crise? Acontece que a "coroa", o ápice do Direito, a Constituição tem seríssimos problemas numa de suas bases mais importantes: há legitimidade, mas não há eficácia. E tornar a Constituição eficaz é o imperativo do momento. E vital legitimar a Carta Magna pelo procedimento, pois do contrário a democracia alcançada a tão duras penas tenderá a desaparecer tragada pela incompetência e pela má vontade.

Este trabalho de legitimação pelo procedimento, que irá gerar eficácia, pondo o Direito em movimento somente poderá ser obra da sociedade civil, que pressionando a sociedade política, fará com que esta cumpra seu verdadeiro papel: estar a serviço do bem público. E a democracia também se tornará efetiva. E estará aberto o caminho para a solução dos gravíssimos problemas sociais. *Merleau Ponty* ensinou: "O problema político consiste em criar estruturas reais entre os homens, tais que a liberdade, a igualdade, a Justiça e o Direito se tornem efetivos"².

E o objetivo desta pesquisa: encontrar uma luz em meio à enorme falência em que está a sociedade. Pode afirmar-se, sem sombra de dúvida, que o Direito está em regime de concordata suspensiva. A falência já aconteceu, mas a Justiça descobriu que existe ainda patrimônio suficiente para sanear a empresa denomi-

² Maurice Merleau Ponty, in "Os Pensadores", p.6.

nada Direito, fazendo com que volte às suas origens. Em que consiste este patrimônio? Nas organizações ainda não contaminadas da sociedade civil e nos princípios éticos. Estes dois elementos serão a base do reerguimento da ciência chamada Direito.

Ocorre, entretanto, que a sociedade civil, depois de ter sofrido feroz repressão durante o regime ditatorial, e na transição para a democracia uma barragem de demagogia e mistificação, e por fim pela primeira vez na História mundial um presidente ser afastado por *impeachment*, tornaram a sociedade civil apática, parecendo impotente. Com toda crise grassando por aí, só se ouve falar em greves, e outros sinais de insatisfação. Seria possível encontrar um elemento catalizador de opiniões, com grande capacidade de liderança, com objetivos bem delineados e comprometida com o bem estar coletivo? E uma ideologia, que tem passado comprometido com a Ética e a possibilidade de aglutinação e influência? Sim, esta cosmovisão existe na sociedade civil brasileira: a **Ética Religiosa**.

Será este o tema da dissertação: demonstrar as origens da religião e seu papel na formação do Direito e também na sistematização da ciência jurídica, e em consequência ter a Religião reais possibilidades de influência ética na sociedade moderna brasileira, tornando-se o maior agente da evolução orgânica da sociedade, no rumo de uma sociedade de Bem-Estar Social, através da Ética criando instituições que tornem reais a Justiça, a Igualdade, a Liberdade e o Direito.

OBJETO, OBJETIVO, ESTRUTURA E METODO

E regra quase geral que aqueles que acordaram de sua letargia dogmática tenham um caminho espinhoso, íngreme, elevado de percalços, vereda estreita ao lado da rodovia principal. Mas é justamente por trilharem este caminho difícil é que se encontram nele, pois ali é o seu *habitat*, as flores e os frutos que não existem ao longo da rodovia principal, perfeita para viajar, onde só se vê pavimento asfáltico, cimento, veículos de luxo, e cruzeiros à beira da estrada. Sócrates bebeu cicuta, Sêneca abriu as veias, Beccaria teve que retrair-se da sociedade por algum tempo, Gandi fez-se faquir e preferiu morrer do que matar, Marx teve que amargar diversos exílios, o Pastor Martin Niemöller preferiu morrer no campo de concentração ao invés de "declarar publicamente sua fé no nazismo".

Esta dissertação é fruto de muitos anos de observação e reflexão acerca da ciência política, de religião comparada, da Ética, da Psicologia, da Literatura com o intuito de compreender o motivo pelo qual a humanidade depois de tanto trilhar por caminhos penosos, com desgraças de toda ordem, fazendo com que até se duvide que os seres humanos modernos sejam civilizados no verdadeiro sentido da palavra. E a observação concreta teve início quando este autor ainda era jovem, foi intimado a participar

da administração da empresa em que trabalhava, "visando alcançar resultados sem levar em conta os meios". Como, devido à sua formação, não tinha meio de aceitar a proposta, foi forçado a mudar de profissão, tornando-se professor de inglês e observador e estudioso autodidata dos problemas sociais. A cicuta de Sócrates deixou de ser um veneno para tornar-se alimento para a vitória, que se expressa através desta dissertação: demonstrar que o sofrimento da humanidade deve-se primordialmente pelo fato de ter abandonado os princípios éticos construídos através dos milênios. E os seres humanos sentem-se órfãos, sem norte de bússola ou estrela. Felizmente a deusa Minerva sempre envia seu mocho quando cai a treva. E ele voa tanto melhor quanto mais escura for a noite.

E neste tempo de crise para a humanidade, com pandemias, guerras violentas, fome generalizada, criminalidade em proporções alarmantes, enormes alterações ideológicas, o Brasil particularmente sofre o impacto da crise de forma singular, devido à sua formação histórica toda própria, destoante do restante da "América Latina", em que o Direito aqui está em violenta crise e a síndrome ao invés de se resolver, tende a se agravar, sem perspectivas de solução.

O que chama a atenção principalmente no momento é uma enorme lacuna cultural. Escritores, poetas, pensadores, arquitetos de renome internacional, estadistas, juristas, cientis-

tas da geração anterior vão se despedindo do cenário e não são repostos. Culturalmente a sociedade brasileira vive uma crise de entropia cultural alarmante. Isto leva a um afrouxamento dos padrões de Etica, abrindo caminho para a dissolução dos parâmetros éticos, religiosos e jurídicos, pondo em grave risco o vínculo de solidariedade social.

Felizmente, a humanidade já criou mecanismos que fornecem ao ser humano a possibilidade de ser um agente da história ao invés de um objeto manipulado a seu bel prazer por forças poderosas interessadas unicamente em seus privilégios. E para tanto têm necessidade de pôr freios de forma frenética à transformação social. E nesta administração do poder, o domínio, todas as atividades sociais são consideradas válidas, principalmente um discurso falacioso que esconde a face cruel do poder.

E o objetivo desta dissertação, **"Direito, Etica e Religião"** elaborar um estudo objetivo, consistente em expor, criticar e dar diagnósticos a respeito da sociedade moderna com base em idéias dos diversos autores listados na bibliografia, observar a profunda ligação do Direito com a Religião e a Etica, tanto no plano diacrônico, como no sincrônico, visando principalmente lançar luz sobre a Crise do Direito, geradora de todas as outras síndromes.

ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

A estrutura e o método desta dissertação são frutos de um conjunto de pensamentos que durante toda uma vida de estudos e observações da realidade concreta da situação humana forjaram um ser ideologicamente comprometido com o bem-estar público, base fundamental da Ciência Política.

Kant, com sua "Crítica à Metafísica dos Costumes", transmitiu as idéias que formam o arcabouço ideológico moderno. Com sua "Crítica da Razão Pura" fez ver que a Filosofia na verdade é uma Propedêutica à Ciência e não uma especulação estéril que nunca leva a nada. Logo em seguida Husserl fez ver ao autor a importância da Fenomenologia no entendimento do Direito e das ciências humanas. Merleau Ponty abriu uma visão clara e objetiva da importância da Fenomenologia também na Ciência Política. Joaquim Mattoso Câmara Júnior, o pai da Ciência Lingüística Brasileira apresentou o autor a Saussure, Chomsky e Jacobson, fazendo compreender o discurso político e jurídico nos seus vários aspectos. Gramsci há muitos anos vem sendo estudado criticamente por este dissertador. Foram as idéias de Gramsci que serviram como instrumento de formação da sociedade brasileira, no longo processo de redemocratização. Finalmente, a doutrina social cristã, contida tanto nos Evangelhos, como nas Encíclicas Papais descortinou o

grande horizonte da ligação da Etica como ciência que estuda os valores morais da sociedade.

Devido a isto, este trabalho segue em linhas gerais os pensamentos assimilados, apresenta pensamentos próprios nascidos da experiência de vida em trabalho administrativo e pedagógico, bem como jurídico, ao lado das citações contidas na Bibliografia. Este conjunto de idéias é que levaram à conclusão de que a humanidade está em crise, especialmente o Brasil, devido ao fato de o Direito não estar sendo praticado, conforme a lição penetrante de *Luhman*. A religião cristã pode, como matriz da Etica, a ciência dos valores morais, salvar a humanidade de uma catástrofe de proporções apocalípticas, não tanto em guerras, mas das consequências da desobediência às diretrizes da natureza, como é o caso da AIDS, pandemia resultante da promiscuidade dos comportamentos de risco e da psicopatologia das drogas.

DA RELEVANCIA E DAS DIFICULDADES

Apesar da queda do muro de Berlim, com a extinção da União Soviética e o fim do "socialismo real", ainda há um poderoso freio na pesquisa social. E a idéia de que as religiões todas servem unicamente à classe dominante em seu propósito de domínio. Tem-se, ainda, a impressão de que todos os teóricos socialistas voltaram-se contra todas as religiões, ao mesmo tempo em que as Igrejas Cristãs, na sua maioria ainda não entenderam que Religião e Ciência Política têm entre si um fosso profundo, intransponível sem uma ponte sólida. E que a Ciência Política, com suas ciências derivadas, Economia e Direito tem como base fundamental a racionalidade lógica, mas tem também um ângulo teórico, humanístico, fundamentado na intuição criadora que leva o cientista a proceder de acordo com os interesses do bem-estar público. Já a religião tem como alicerce a intuição criadora: todo um conjunto de atividades que atingem as emoções alimentadoras do centro motor da vontade, mas tem também uma parte intelectual, que impede que a Religião enverede para o fanatismo doentio, gerador de incompreensões e tragédias. Pode-se agora entender em parte as dificuldades que se passou para unir o raciocínio à intuição criadora da Ciência Política e da Religião para poder construir a ponte sobre a qual passará a proposta para uma sociedade mais justa e solidária. Foi preciso descobrir a bibliografia

auxiliar, que no decorrer da pesquisa tornou-se de grande relevância, como a Ética, a ciência que estuda os valores morais da sociedade tão bem exposta por Sanches Vasques.

Finalmente, o trabalho aqui está: uma proposta de solução para a crise ética da sociedade moderna, confirmada por uma vida cheia de experiências e observações constantes, seja no trabalho, seja no magistério de primeiro grau e universitário, além da advocacia. Muito do que está nas teorias foi vivenciado pelo autor desta dissertação.

Há, pois, relevância numa pesquisa deste porte, dado que cada vez mais a humanidade tem necessidade de se ater mais a princípios éticos, já que a ciência progride intensamente e deve manter os mecanismos de controle, sob pena de inviabilizar pela perda de seu objetivo maior: a criação do bem-estar social. Realmente, a ciência progrediu, e, ao invés de se produzirem artefatos melhoradores da vida humana, na saúde, na alimentação, na educação, no trânsito, gastam-se volumosas somas em artefatos bélicos, que na maioria das vezes nem chegam a ser utilizados, uma vez que já há artefatos novos em projeto e fabricação. E se não forem tomadas providências, as armas de destruição em massa cairão nas mãos de pequenos países, que se degladiarão entre si, podendo usar até armas nucleares.

Além disto, a engenharia genética, a micro-ciência

está sendo usada com fins unicamente mercantis: produção de fumos com altos teores de nicotina, plantas absolutamente resistentes a todos os agrotóxicos, mas em que o pulmão e o estômago humanos não foram levados em conta.

Existe a alteração sub-reptícia dos Códigos de Ética Médica e da Advocacia e a tentativa de alteração do juramento de Hipócrates para os futuros médicos. E que está desaparecendo o sentido humanístico das ciências.

Capítulo I

DIREITO, ÉTICA E RELIGIÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Análise Sincrônica da Situação Brasileira - 1994

A conjuntura brasileira no
momento da Revisão Constitucional
no plano internacional.

As causas da crise conjuntural
brasileira, baseadas
no abandono dos princípios
éticos, base do
Direito Natural.

Análise Sincrônica da Situação Brasileira - 1994

Março/abril de 1994: Qual a conjuntura do momento? Há democracia em funcionamento? Qual é o sistema sócio-econômico, capitalismo ou socialismo? E legítima a revisão constitucional? Quais os interesses envolvidos na revisão constitucional? As propostas da Direita e da Esquerda para a solução da crise são tendentes a resolver os problemas que o país enfrenta? Em relação à política internacional, a posição brasileira é coerente com a realidade?

A conjuntura do momento, pode-se dizer que causa perplexidade em todos os setores tradicionalmente conhecidos como analistas de conjuntura. Aqueles que têm como método a análise weberiana estão tão confusos como os que realizam unicamente análises sócio-econômicas, ou marxistas. Os weberianos apregoam aos quatro ventos que são vitoriosos devido ao fato de o comunismo ter acabado, iniciando-se a virada com a queda do muro de Berlim. A obra de *Gilberto Freire* "Casa Grande e Senzala" está se tornando um *best seller* novamente. Já a explicação da esquerda diz que o que caiu foi o "socialismo real", aquele praticado na ex-União Soviética e que a luta pelo socialismo continua. Só que no mundo todo não conseguem mais aplicar a análise marxista numa visão sincrônica, do aqui, agora. E esta perplexidade toma conta: o

neo-liberalismo em nenhum lugar conseguiu aplicar um programa desenvolvimento sem jogar parcela considerável da população na miséria absoluta. A estratégia neo-liberal de *Reagan*, a "Reaganomics", aliada da teoria de *Margaret Thatcher* redundou num fracasso trágico: segundo recentes estatísticas, 20% da população americana vive abaixo do nível de sobrevivência mínima. E o sistema de saúde dos Estados Unidos está em condições tão precárias que o Presidente Clinton teve que adotar medidas emergenciais para enfrentar o desleixo social deixado por *Reagan* e *Busch*. No Chile, com a situação estabilizada às custas de vinte anos de ditadura, todos elogiam dizendo que o regime autoritário foi vitorioso, seguindo à risca os ditames do Fundo Monetário Internacional. Só que nenhum dos turiferários de *Pinochet* até o momento lembrou-se do custo com que foi conseguida a vitória da estabilização monetária. Ao redor de Santiago do Chile há uma novidade pós-1973: as *poblaciones*, enormes favelões que são um atestado evidente, escancarado, da metodologia empregada para solucionar o problema econômico-financeiro. A Argentina aparentemente estabilizou a economia, mas também a que preço: estragando sua soberania sobre os recursos minerais renováveis, como o petróleo e permitindo o sucateamento de toda a sua indústria. E mais: a dolarização como "âncora cambial" não pode ser eterna. E depois? e a transição?...

O México também, depois de entregar a *Pemex*, a Petrobrás mexicana, criada com tanta inteligência e tirocínio pelo Presidente *Lázaro Cárdenas* e ter assinado o Tratado de Nafta -

Mercado Comum Norte-Americano -, agora lança um claro desafio ao Congresso Americano dizendo que se o tratado não for aprovado em tempo, poderá ser considerado caduco pelo México. E nenhum benefício a população trabalhadora teve até o momento com a tão alardeada estabilização. A Venezuela, que já há muito tinha entregue a exploração de seu petróleo às "sete irmãs do petróleo", teve um período presidencial marcado por duas violentas revoltas e o *impeachment* do Presidente. Para a Venezuela não há explicação racional para a crise, pois é um país mergulhado e ancorado sobre enormes jazidas de petróleo. O que se vê é uma administração voltada não para o bem público, mas proposta a realizar interesses não confessáveis abertamente. O Haiti está prestes a ser invadido pelos *mariners* americanos para garantir a segurança da posse e governabilidade do Presidente *Jean Bertrand Aristide*. Pergunta-se: não seria mais conveniente gastar as verbas militares com geração de empregos, melhora da agricultura e tratamento de saúde? Um jornalista falou, por ocasião da derrota dos Estados Unidos no Viet-Nam, que se os Estados Unidos tivessem usado todos os dólares gastos com a guerra, simplesmente repartindo-os entre cada vietnamita, teriam criado trinta milhões de capitalistas, que seguramente não iriam querer nada com o comunismo.

Todos estes exemplos foram colocados para ser realizado um paralelo com a situação brasileira. O neo-liberalismo que levou tantos países ao caos, agora está sendo implantado a toque de caixa no Brasil. Começou com o governo Collor e prosse-

que agora na revisão constitucional. Será que o Brasil também não poderá cair no mesmo caos?

Qual é a posição do Brasil no plano mundial? Por que querem aplicar aqui também as teorias de *Milton Friedman*?

De acordo com o que foi estabelecido na conferência de Ialta, no fim da Segunda Guerra Mundial, quando as potências vencedoras estabeleceram as diretrizes para o pós-guerra, o Brasil está na área de influência americana; sim, influência econômica, financeira e cultural. E após o estabelecimento da Trilateral, acordo entre Japão, Estados Unidos e Mercado Comum Europeu, a Europa Ocidental e o Japão foram admitidos como sócios no empreendimento da área de influência. *Henry Kissinger*, o alemão naturalizado americano que foi Secretário do Estado (Ministro das Relações Exteriores em nossa terminologia) dos Estados Unidos, declarou que "a Ásia é área de influência japonesa, a África é campo de atuação da Europa Ocidental e a América é área de influência dos Estados Unidos". E no que se refere à América Latina é significativo que estão sendo criados mercados comuns regionais, sofrendo a influência do maior deles, o Nafta - Mercado Comum Norte-Americano. Fatalmente os mercados comuns menores serão absorvidos pelo maior. Será o casamento das ovelhas com o lobo. A dolarização argentina e as privatizações de empresas petrolíferas mexicanas e argentinas são a evidência maior desta influência e designo integrador. Agora, depois do fim da União Soviética e o

término da "guerra fria", está sendo elaborada nova ordem mundial sob a hegemonia americana, usando a ONU como instrumento. E todo este domínio do enorme império está sendo planejado e implantado por um rigoroso trabalho de estado-maior pela oligarquia dominante nos Estados Unidos: aquilo que o Presidente *Eisenhower* chamou de "complexo militar-industrial". Este sistema representa os interesses de um núcleo de famílias americanas, detentoras da posição mais alta na hierarquia econômica, financeira e tecnológica.

Foi este grupo que liderou desde o início a escravização econômica, política e social da América Latina, por meio de intervenções militares, econômicas, sociais e culturais³. Isto através de um violento trabalho de Estado-Maior, mecanismo de uma ação muito ampla. Nesta atividade entram: saúde, educação, cultura (música, filmes), formação de lideranças científicas, atividade sindical, serviços secretos, ações anti-drogas com segundas intenções. Através do FMI, do sistema bancário e cambial, usa o dólar como moeda de curso internacional, monitorando nossa economia para a crise cada vez mais violenta, e através de seus pró-consules sabota todas as tentativas de estabilização.

Como resultado, o sistema educacional brasileiro de primeiro e segundo graus está falido. E o de terceiro grau forma apenas técnicos e não cientistas. Copiaram a lei de diretrizes e bases da educação americana. Até o ensino universitário foi modi-

³ Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*, p. 147.

ficado pelo acordo MEC-USAID. No ensino do Direito, a matéria Hermenêutica Jurídica está sendo retirada dos currículos. Naqueles cursos jurídicos onde a ciência interpretativa ainda é ensinada, o é de tal maneira que pouco ou nada os futuros bacharéis em Direito aprendem a respeito de uma das bases fundamentais da ciência jurídica: a hermenêutica. O ensino de Direito é tão fraco por este país afora que em São Paulo os futuros bacharéis deixam passar alguns anos enquanto realizam estudos suplementares para poderem enfrentar o exame da Ordem dos Advogados. Precisam aprender muito mais. Ensina-se a pura dogmática jurídica, esquecendo-se a doutrina, os princípios gerais de Direito, a Argumentação Jurídica, a Ciência política. Noutros Estados, onde existem os estágios orientados, ou não há exame da Ordem, ou se há, é "pró-forma".

Ao lado do ensino de Direito puramente dogmático, ignorando a Doutrina do Direito, é reforçada e instalada uma mentalidade imediatista, traçando-se o perfil do advogado com sucesso na carreira pelo dinheiro que conseguir amearhar. Como resultado a relatividade dos valores éticos é regra geral. Aliás, já está se tornando um princípio. A interpretação teleológica, que quer dizer "interpretar para atingir o objetivo visado", nada mais é do que a sofismática pré-socrática. O resultado é que os tribunais superiores têm se esmerado em interpretações meramente políticas, prejudicando parcelas consideráveis da população. Veja-se o exemplo típico da interpretação do artigo 114 da Consti-

tuição. Nele é estabelecida a competência da Justiça do Trabalho para julgar dissídios individuais e coletivos, e também de funcionários públicos civis. Para que não fiquem dúvidas, convém transcrever o citado artigo 114: "Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas". Considerando-se que a Constituição de 1988 aboliu o sistema de funcionário público celetista, não poderia em hipótese alguma o Supremo Tribunal Federal, como Tribunal Constitucional, ferir o Direito Administrativo, mas modificá-lo, pois a Constituição é superior ao Direito Administrativo. Também não poderia o STF ter alegado que o Estado não é empregador no verdadeiro sentido. De fato, não o é dentro das condições da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, mas de acordo com esta mesma CLT pode ser equiparado a empregador. Também não poderia o Supremo ter alegado que o Poder Executivo não poderia negociar salários em virtude de depender de lei para conceder reajustes salariais. Então, porque o Supremo, seguido do Tribunal Superior do Trabalho interpretou o artigo contra os interesses da numerosa classe do funcionalismo público civil não é mais incógnita. E porque na Justiça do Trabalho existem princípios exclusivos, que protegem o trabalhador: os princípios da

proteção ao mais fraco e o *in dubio pro misero*. Assim, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho julgaram em causa própria, pois seus funcionários são "funcionários públicos civis". Mas, o legislativo também tem sua dose de culpa no descalabro: na Constituinte de 1988 ao estabelecer no artigo 7º o salário mínimo, os legisladores maiores, simplesmente copiaram "*ipsis litteris*" o dispositivo da OIT versando sobre salário mínimo. Estabeleceram um salário mínimo inexecutável (lei ineficaz em si mesma). O Executivo, então está todo desestruturado, pois ao não haver atualização das leis de licitações públicas, do orçamento, da Seguridade Social, foi aberta a porta para todo tipo de falcatruas e corrupções.

Tudo isto acontece devido ao fato de existir uma mentalidade imediatista, um espírito de resolver tudo por meios "underground", minando todo o ensino universitário e com ele a prática posterior das profissões liberais. Qual o objetivo a alcançar por meio desta atividade deletéria? Manter a democracia eternamente anêmica, e com ela todas as instituições, tornando o país vulnerável a todo domínio econômico mal intencionado. E parece que o objetivo está sendo alcançado, pois há projetos para a revisão constitucional, prevendo o fim do monopólio estatal do petróleo; o fim da lei que adjudica o subsolo à União e o fim das restrições às empresas estrangeiras na exploração de minérios. Conseguiu-se, com muita habilidade, anestesiar a consciência ética das lideranças intelectuais brasileiras. E como consequência

"o moral" entrou em crise. Sim, é a palavra "o moral", como sentido daquela qualidade de personalidade coletiva apta a enfrentar e vencer desafios. Por outro lado, a cultura televisiva, os mega-shows pedófilos e pornográficos, acompanhados de publicidade subliminar, instilaram mentalidade permissiva, abrindo caminho para desvios sexuais de natureza anti-social, servindo de veículo de perigosa pandemia; o consumo de drogas na classe média alimenta a criminalidade organizada em volume tão intenso que os diversos "Comandos": Vermelho, Terceiro, Jacaré já tiveram a ousadia de desafiar até o Exército. O poder da Máfia é tão grande que ela está infiltrada nos mais altos escalões das sociedades civil e política, trabalhando como uma grande empresa rigorosamente organizada em departamentos e hierarquizada.

Tudo isto acontece devido ao abandono dos valores éticos; impera a teoria de que os valores éticos são todos relativos, note-se: todos no sentido de que se o advogado ganhou a causa para seu cliente, isto foi justo, não vindo ao caso a maneira como conseguiu. O administrador planeja por objetivos. Traça o alvo a atingir e depois idealiza o caminho para lá chegar. O importante é alcançar o objetivo: não importa qual seja o meio empregado e suas conseqüências. E aí vem a tragédia: advogados de empresas especializadas na sonegação de impostos, na manipulação fraudulenta das leis trabalhistas, causídicos criminalistas especializados em procrastinar sentenças até o momento da prescrição da pena, negociantes de bastidores dos Júris, pagadores de propi-

nas a oficiais de justiça e a escriturários de cartórios, subordinados de policiais. Parlamentares bacharéis em Direito procrastinam a votação das leis complementares à Constituição, garantidoras dos direitos sociais, porque seus financiadores de campanha eleitoral assim o desejam. E a Constituição torna-se ineficaz. Manipulam o Orçamento da União inserindo emendas prevendo subvenções a entidades beneficentes a eles mesmos - aceitam altas taxas de votação de *lobbies*. Já existem até propostas sugerindo a alteração do Direito de Família retirando a cláusula de que o casamento deve ser entre pessoas de sexos diferentes. Diante deste projeto já há jurisprudência reconhecendo o concubinato entre indivíduos do mesmo sexo. A lei de tóxicos é um primor de anti-juridicidade, nada prevendo a respeito da lavagem de dinheiro sujo, proteção a traficantes, dando a impressão de que o objetivo criar uma "manta protetora" para os "negócios arriscados de alto nível", aliados à corrupção de alto grau na administração pública, o que está ficando claro com os resultados da CPI do Orçamento no Congresso.

Tudo isso acontece devido ao fato de existir uma mentalidade arraigada de resolver tudo de forma sub-reptícia, abrindo caminho para o domínio das Máfias que tem levado tantos outros países a situações catastróficas. A Itália chegou a declarar estado de guerra contra suas Máfias depois do assassinato do chefe da Polícia Federal, General *Dalla Chiesa* e do juiz *Falcone*. No Brasil, um presidente da República sofreu *impeachment*. Esta

situação em que os cursos de Direito formam bacharéis em leis na teoria e depois a prática jurídica muda todo o rumo do que aprenderam, gerando uma democracia absolutamente falsa, a um regime de anarquia, que na verdade é um corporativismo descendente do pior grau que surgiu na Península Ibérica (Salazar e Franco), que não permite a evolução orgânica da sociedade. Planeja-se a revisão constitucional criando uma já denominada "Reconstituente" com quociente de votação de três quintos ao invés de dois terços para as emendas constitucionais, escondendo do povo que o que consta nas Disposições Constitucionais Transitórias é o referente à alteração da Constituição relativo ao resultado do plebiscito. A oligarquia reacionária julgou ter encontrado o momento adequado para derrubar as conquistas sociais e trabalhistas da Constituição, o monopólio estatal dos combustíveis, bem como retirar as restrições a empresas estrangeiras na exploração de minérios e a lei do subsolo. Já as forças políticas que se dizem progressistas acirraram a luta contra a Revisão Constitucional. Se não contrariar à revisão, deveriam entrar em luta para a promulgação das leis complementares, talvez mais importantes que a revisão.

E, finalmente, pode-se dizer que a posição brasileira não é coerente com a realidade internacional: a falência da Ética fez com que fossem praticados crimes contra a humanidade: genocídios de índios, violações flagrantes dos direitos humanos, trabalho escravo e servil, torturas, crimes ecológicos de âmbito internacional.

Diante disto tudo questiona-se: Haverá alternativa para a ideologia do neo-liberalismo? Existe a possibilidade de haver uma ideologia eclética, anti-dogmática, voltada para o bem-estar social, que possa salvar o Brasil de uma verdadeira porroca social cujos rumos já se delineiam no horizonte?

Capítulo II

Aspectos da Origem e Evolução da Religião Romana Como Formadora de Instituições

Sumário:

Aspectos da origem e evolução da Religião

**As Instituições Romanas Como Formadoras de
Instituições Baseadas na Religião**

**A Sistematização das Leis em Roma, Originando
a Ciência do Direito**

O Estado Moderno e Sua Crise Institucional

**As Instituições Brasileiras Após a
Constituição de 1988**

ASPECTOS DA ORIGEM DA EVOLUÇÃO DA RELIGIAO

COMO FORMADORA DE INSTITUIÇÕES

O nome "religião" vem de *religare* no latim, em português: religar. Restabelecer o contacto com a divindade. Neste sentido, a religião é tão antiga quanto o ser humano como ser cultural. Sim, a humanidade viveu durante milênios, talvez milhões de anos em estado selvagem: ao nível da animalidade, antes de ingressar nos períodos posteriores: bárbaro e civilizado. O período selvagem, em que a humanidade vivia ao nível da animalidade, desempenhando seu papel específico no ecossistema, teve uma característica marcante: o meio ambiente exercia um determinismo absoluto sobre os seres humanos. Adaptavam-se perfeitamente ao ambiente em que estavam inseridos, sem influir sobre ele. Este período foi superado quando o "homo faber" tornou-se "homo sapiens". Através do uso de ferramentas e da habilidade manual o cérebro agilizou suas funções e o raciocínio desabrochou, demonstrando a enorme superioridade da mente humana sobre a natureza. Começou-se, assim, a questionar tudo que vinha da natureza, no sentido de poder dominá-la. Para poder se alimentar, vestir, morar e divertir os seres humanos passaram cada vez mais a coordenar aquilo que estava à sua disposição. Para tanto surgiu a necessidade de "conhecer" as coisas úteis e saber usá-las corretamente. Começou-se a notar que a natureza dava sinais que indica-

vam o que iria acontecer dali a algum tempo; e também que certas coisas podiam ser entendidas e explicadas por estórias, ou mitos. Houve, então, em remota antigüidade experiências de sonhar com pessoas falecidas. Isto levou à imaginação de que poderia haver comunicação com os falecidos. E que destas comunicações poderiam surgir benefícios para os vivos. Foi a primeira manifestação religiosa. Deste início surgiu a idéia que não só as pessoas tinham um "espírito" poderia ser aplacado. E mais: pensava-se que tudo o que fosse parte, ou tivesse feito parte de um animal ainda pudesse influir sobre ele, mesmo já separado. Uma pintura, por exemplo, desenhada sobre uma rocha, fazia parte do animal, recebendo uma flechada, facilitaria o trabalho da caça. Como a voz faz parte da pessoa, inventaram-se palavras especiais para espantar doenças. Era para afastar o "espírito" da doença. Estava aberto o caminho para o animismo, a mais primitiva forma de religião conhecida. Consistia no conhecimento das forças da natureza, para o homem primitivo cheia de espíritos bons e maus. Cada objeto, cada pedra, cada árvore, cada animal, cada pessoa tinha seu espírito, que poderia ser influenciado positiva ou negativamente. Em sua cosmovisão, o ser pré-histórico era unitário: para ele não existia o dualismo de elementos: bem e mal, dia e noite, alegria e tristeza, saúde e doença. Para eles, estes elementos não eram antagonicos, mas existiam cada um para si, apesar de terem interligação e se interpenetrarem. No bem existiam elementos do mal e no mal, elementos do bem. Era uma cosmovisão bem diferente da atual: *monismo*. Para exemplificar, pode-se afirmar que o budismo atual guarda algo destas características: o "yin e o yang".

O período bárbaro da história da humanidade é marcado por atividade organizada do ser humano dentro de uma nova organização social: se no período selvagem vivia em hordas promíscuas, agora já estava organizado em famílias e tribos nômades. Viviam de caça e de pesca e de uma agricultura rudimentar. Num estágio mais avançado do tribalismo, a Magia transformou-se em Totemismo. Certos animais representavam juntamente com plantas, as forças vivas da natureza. Assim, cada tribo tinha o seu "totem" ou símbolo. Existiam clãs: do urso, da águia, do lobo, do castor, ou até de uma árvore, como entre os celtas. Este era um passo intermediário para a pessoalização das forças da natureza. Os egípcios adoravam o deus-falcão, o deus-gato e outros. Cada deus era representado pela cabeça de um animal. Visava-se, na verdade, o caráter do animal: a força do touro, a visão da águia, a energia do leão. E chegou o momento em que as forças da natureza se humanizaram e chegou-se à concepção da existência dos heróis, como Hércules e Sansão e de deuses e semi-deuses. Ainda no período bárbaro ao lado da evolução espiritual, a humanidade aprendeu a domar os animais e inventou a roda. Os homens, sendo nômades, tiveram um avanço revolucionário para a época, pois passaram a se locomover pelas enormes planícies do norte da Eurásia, cada vez com velocidade maior. Isto ao norte, na grande planície que vai do norte da China, até a Alemanha. Ao sul dos Alpes e do Himalaia outros povos, com outra índole já tinham estabelecido as bases de uma atividade econômica organizada: a agricultura. Estes povos já eram sedentários, pois tinham que ficar perto das plantações até

a colheita, devido aos cuidados necessários às plantas, bem como a guarda contra intrusos. Eram "povos brancos do sul", ou semitas. Em certo momento, por volta de três mil a.C., em que os povos nômades do norte, guerreiros experimentados, desceram do seu norte e atravessando desfiladeiros na Itália, Pérsia, Índia e em parte da China, encontraram povos com agricultura organizada. Os setentrionais ao chegar, conquistaram as novas terras e se estabeleceram como senhores. Este período pode ser tipificado como de transição do tempo bárbaro para o civilizado, que se caracterizou por três situações básicas: agricultura organizada; a vida centralizada e suas decisões nas cidades e o conseqüente surgimento do Estado, que nada mais era que a organização social e econômica das tribos agora transformadas em povos, atuando dentro de um determinado território.

O que chama a atenção em todo este resumo histórico é que dois povos foram formados pela fusão das tribos invasoras com as autóctones. Um terceiro povo resistiu às invasões e manteve sua integridade, progredindo sozinho. Os dois primeiros são os gregos e romanos e o terceiro, os judeus. Os romanos tiveram sua origem na fusão de tribos indo-européias com povos já estabelecidos na península itálica. Suas instituições sociais e políticas tiveram como origem a religião, como se verá na continuação. Já os gregos, também fruto da mesma miscigenação de aqueus, eólios e dórios com tribos locais deram origem à filosofia e à sistematização da maioria das ciências. O mais significativo é que só uma

ciência não foi sistematizada na Grécia: o Direito.

Em síntese, os gregos criaram a filosofia e as ciências; os romanos sistematizaram o direito como Ciência e os Judeus influenciaram na parte mais importante do Direito: o valor ético.

Ficará, assim, demonstrado que a RELIGIAO TEVE PAPEL DESTACADO NA ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES, DA FILOSOFIA E DA AXIOLOGIA, SENDO BASE PREPONDERANTE DA VIDA CULTURAL MODERNA DEVIDO AO LEGADO DEIXADO TEM TAMBEM CONDIÇÕES DE APONTAR A SOCIEDADE O CAMINHO A SEGUIR NAS MUDANÇAS NECESSARIAS.

AS INSTITUIÇÕES ROMANAS BASEADAS NA RELIGIAO

Fustel de Coulanges em sua obra "A CIDADE ANTIGA" colocou muito bem a formação das instituições romanas a partir da religião.

Em seus primórdios, Roma teve uma característica marcante: crenças positivas vindas do animismo, que se transformará em culto dos mortos. Os mortos eram considerados figuras sagradas. Davam-lhes os apelidos mais venerandos que podiam encontrar em seu vocabulário: bons, santos, bem-aventurados. Dedicavam-lhes quanta veneração o homem pode dedicar à divindade que ama ou teme. Para o seu pensamento, cada morto era um "deus". E mais adiante Coulanges chega a afirmar que "os romanos davam aos mortos o nome de deuses manes"⁴. Este culto dos mortos tinha rituais próprios, bem como altares, fogo sagrado e sacerdotes. Toda casa romana tinha um altar. Nela deveria haver sempre um pouco de cinzas e brasas. O dono da casa, o sacerdote era obrigado a manter aceso o fogo, dia e noite. Este costume de manter o fogo aceso no altar prendia-se a uma crença muito antiga, devido ao fato de o culto ter de ser realizado dentro de rituais bem característicos: madeira própria para haver fogo sempre puro. Quer dizer: nenhum objeto impuro deveria nele ser atirado. Nenhuma ação cul-

⁴ Fustel de Coulanges - "A Cidade Antiga", pg.17

posa devia ser perpetrada em sua presença. No primeiro dia de março de cada ano o fogo deveria ser apagado e novamente aceso. E neste reascender deveriam ser evitados o metal e a pedra. Só eram permitidos dois métodos: fazer concentrar num ponto os raios solares ou friccionar dois pedaços de madeira de determinada espécie e deles fazer saltar fagulha. Este fogo era sagrado. Prestavam-lhe culto. Via-se no fogo o deus benfazejo, que conserva a vida dos homens: o deus rico, alimentando-o com seus dons; o deus-forte que protegia a casa e a família"³. Mas este culto ao fogo não era exclusivo de Roma. Era um costume bem antigo, indo-europeu. Os símbolos desta religião ancestral modificaram-se com o tempo. Quando gregos e italianos começaram a representar seus deuses como pessoas, dando a cada um nome próprio e forma humana, o antigo culto do fogo sofreu a mesma metamorfose que o comum da inteligência nesse período impunha a toda a religião. O altar do fogo sagrado personificou-se passando a ser denominado VESTA. Pouco a pouco uma lenda a respeito de uma divindade sob a aparência de uma mulher, porque a palavra designativa de altar era do gênero feminino. Ovídio, o poeta, declarou que "*Vesta nada mais é do que a chama viva*"⁴. E há estreita ligação entre o culto do fogo sagrado e o culto dos mortos: o culto ao fogo era sempre realizado no lar e a veneração aos mortos sempre se fazia, ou dentro de casa, ou no recinto, o mais perto possível. Neste período da humanidade, em Roma a religião era estreitamente ligada à área

³ Fustel de Coulanges - "A Cidade Antiga", p. 22

⁴ *ibidem*, p. 23

doméstica. Isto é importante que seja destacado, pois nos leva a compreender a íntima ligação entre as mais antigas crenças e a constituição da família romana. O culto aos mortos era algo muito diferente daquilo que hoje em dia se entende como veneração aos mortos considerados "santos"⁷.

Como vivia um romano em relação aos seus parentes? Novamente Fustel de Coulanges nos socorre informando que... "se, em imaginação nos transportamos até o viver dessas antigas gerações de homens, deparar-se-nos-á um altar em cada casa e em redor deste altar toda a família reunida. Em cada manhã, a família se reúne para dirigir ao fogo sagrado as suas primeiras orações, e não há noite em que ali não o invoque ainda uma derradeira vez. Durante o dia, junto dele aparece para as refeições, pela família piedosamente partilhada, depois da prece e da libação. Em todos os seus atos religiosos a família canta em comum os hinos que seus pais lhes ensinaram⁸".

⁷ Diz Fustel de Coulanges que "O culto aos mortos só podia ser prestado aos mortos de cada família, que pelo sangue lhes pertencia. Os funerais eram realizados sob a supervisão do parente mais próximo. Depois do enterro realizavam-se cerimônias, como o banquete fúnebre. A crença era que o morto aceitava a oferta se esta fosse oferecida pelos seus parentes diretos. A presença de pessoas estranhas perturbava o repouso dos manes".

⁸ Indaga, também, Fustel que "... fora de casa, em campo vizinho, o mais próximo possível da casa, existe o túmulo. É a segunda morada desta família. Aqui descansam em comum muitas gerações de ancestrais, a morte não os separou. Continuam vinculados entre si nesta segunda existência e persistem, formando uma família indissolúvel" (in *A Cidade Antiga*, p. 33).

Isto significa que a origem da família não está apenas na geração nem seu princípio no afeto natural, unicamente. O que na verdade uniu a família romana foi a religião do fogo sagrado e o culto dos antepassados. A religião fez com que a família formasse um único corpo nesta vida e na do além. A família antiga é, desta forma, mais uma associação religiosa do que uma associação natural.

Se bem que não foi exatamente a religião que criou a família, mas ditou-lhe as regras. E as primeiras destas regras foi o CASAMENTO. Em Roma o casamento era assunto muito sério, tanto para a jovem esposa, como para o marido. Como a mulher, quando filha, pertencia à religião particular do pai, ao casar passará a pertencer à religião do marido. Quem presidia a cerimônia nupcial não era Zeus, Júpiter, ou outro deus, mas o deus do Lar. No casamento romano a jovem na cerimônia, inicialmente deixa o lar paterno. E é seu pai que a conduzirá junto com outros parentes à casa do futuro esposo. Vai conduzida levando coroa e archote nupcial. Canta-se ao seu redor um antigo hino religioso. Chegando, é conduzida para dentro da casa carregada pelo esposo e lá, diante do deus doméstico, assume sua nova religião. Desta maneira, integrava-se à nova família, adotando o deus Lar do esposo. Tudo girava em torno da religião. E esta fazia com que as famílias fossem se perpetuando através do tempo. Coulanges assim o explica: "A religião que formou a família antiga, exige imperiosamente a sua continuação. Família desaparecida é culto morto".

Devido a isto era proibido o celibato e existia a possibilidade de divórcio em caso de esterilidade. E como a família se perpetuava através da estirpe masculina, havia desigualdade entre filho e filha. Quem herdava era o filho masculino. A filha quando casava, levava um dote. A adoção surgiu deste dispositivo: o adotado tinha os mesmos direitos que um filho do próprio sangue. Mas na adoção existia a contra-partida da emancipação: "*sacrum detestatio*". Para que o filho pudesse entrar em nova família era preciso estar apto a sair da antiga: libertar-se da religião original. O parentesco era a continuidade dos mesmos deuses domésticos.

Vimos, assim, que as instituições políticas em Roma tiveram origem na religião, que foi o elo de solidariedade social. Estes elos de solidariedade social foram evoluindo no transcorrer do tempo, iniciando-se na família, passando pelo clã e pela tribo até a formação do Estado, que conhecemos hoje em dia. O Mundo Ocidental é herdeiro de Roma, não somente do Direito, mas do conjunto de suas instituições sociais. Podemos, assim, conceituar o Estado como o conjunto das instituições civis e políticas, que trabalhando coordenadamente positivam o Direito, através da criação e aplicação da lei, promovendo e mantendo a coesão social.

A SISTEMATIZAÇÃO DAS LEIS EM ROMA, ORIGINANDO A CIÊNCIA DO DIREITO

E fato digno de menção a maioria das ciências terem sido sistematizadas na Grécia. Foi lá que surgiu a Filosofia como ponto inicial de toda investigação científica. Sabendo-se que a Ciência é um saber e Filosofia uma propedêutica ao saber, em Roma o Direito surgiu como Ciência, mas não como parte da Filosofia. Ele surgiu através dos costumes que foram se solidificando no decorrer do tempo. Surgiram os *mores*, os costumes estabelecidos com o tempo, aceitos pela sociedade como obrigatórios. Estes costumes foram estudados pelos primeiros juizes, os "homens prudentes" nomeados pelo rei para julgarem as causas. Com o tempo as sentenças foram sendo estudadas, passando do "estudo de caso" para decisão abstrata estabelecida antecipadamente, para que quando surgisse um caso concreto, este fosse encaixado na decisão anteriormente estabelecida. Exemplo: começaram a surgir casos parecidos de agricultores que tinham a posse legítima de terras por períodos prolongados sem serem molestados por ninguém. E pediam que a terra lhes fosse adjudicada devido a estes fatores. Os juizes concediam. Com o tempo tinham à sua disposição um dispositivo legal que diziam serem as condições para se conceder direitos de propriedade nestes casos. E deram-lhe o nome de *usucapião*. Significativo é que o desenvolvimento maior na área jurídica em Roma, foi justamente o Direito Civil. Basicamente, continua a vigorar

como substrato da maioria dos Códigos Civis, com poucas alterações. Até hoje não foi possível superar o Direito Romano na área civil. Era essencialmente prático e objetivo, característica básica dos romanos. Os romanos primeiro viviam e no fim da vida podiam filosofar.

JÁ o Direito Penal continuou a ser um conjunto de leis tirânicas e autoritárias, onde predominava a força e o poder militar do Império Romano. Havia lei penal para o romano e outra para os estrangeiros e escravos. O romano tinha pena diferente da imposta ao alienígena e ao escravo. O objetivo era manter o poder romano por meio da repressão e do terror. E assim a nobreza romana, o patriciado, podia para aplacar a plebe, dar-lhe "pão e circo", com o trigo vindo do Egito, quase sem preço. O Estado Romano, dirigido pela alta nobreza do patriciado era um império escravocrata, tirânico e impiedoso. E as leis penais romanas legalizavam e organizavam as características mais vis do império que na História mundial teve mais escravos. No Direito Civil isto não tinha tantas condições de ser detectado, pois era um direito essencialmente técnico. Acontece que a sociedade romana, no seu desenvolvimento amadureceu seu sistema social tirânico, corruptor e hedonista, abrindo caminho para uma nova cosmovisão no plano ideológico, preparando o ambiente para mais um avanço no processo civilizatório. Se o espírito dionisiaco, inspirador dos epicuristas levou à deterioração da sociedade romana, culminando com enorme "implosão" no ano 476 d.C., o espírito apolíneo, inspira

dor dos estóicos, abriu as portas para novo sistema ideológico, que tomando Roma por base, por ser universal, acabaria se espalhando pelo mundo todo: o Cristianismo. Como ele pregava uma ética que superava em muito a dos estóicos, superou a Cultura Romana, colocando em seu lugar algo novo. E provindo da Grécia. Junto com o Cristianismo, os romanos receberam do espírito grego as idéias de Aristóteles. E a Filosofia entrou triunfalmente em Roma, impregnando não só a Religião e a ciência romanas, mas principalmente o Direito. E foi esta forma de Direito, aliado à Filosofia que Roma nos legou, através do espírito grego.

Quando o Império Romano do Ocidente implodiu no ano de 476 d.C., dando início à Idade Média houve um imenso vazio de poder preenchido pela organização da Igreja Cristã, que tinha assumido valores romanos. Assim, as instituições erigidas no Império Romano desde 753 a.C., através da Igreja Católica Romana foram legadas ao que hoje denominamos de Civilização Ocidental. A consequência foi que durante a Idade Média e depois na Era Moderna, o Direito Romano continuasse vigorando nos ramos civil e constitucional, gerando leis e instituições sociais e políticas, bases do Estado moderno.

O Estado moderno está em profunda crise, tanto no chamado Primeiro Mundo, como no Terceiro. O Segundo Mundo, constituído pela ex-União Soviética e seus aliados na Europa Oriental, fragmentou-se e deixou de existir e atualmente está tentando

incorporar-se ao Primeiro Mundo. Não o está conseguindo devido ao fato de estar sendo atingido em cheio pela crise que assola o Primeiro Mundo. Está numa encruzilhada: ou volta atrás, ao sistema antigo modificado, ou continua no perigo de, ao invés de entrar no Primeiro Mundo, entrar é no Terceiro Mundo.

O ESTADO CONTEMPORANEO E SUA CRISE

Existe crise no Estado moderno, exatamente porque ainda não se compreendeu exatamente sua origem, conceito e função. Muitos conceitos já foram elaborados, muito papel e tinta foram gastos, mas o carro da História continua inexorável em sua trajetória. E o ser humano, perplexo, não tem condições de criar uma sociedade onde possa sobreviver. Se no tribalismo, pelo menos a alimentação, o vestuário e a moradia existiam para todos, quando havia fome, era a tribo que a suportava. A humanidade do século XX diz-se evoluída e o é, mas não consegue o mínimo: alimentar o contingente populacional, quando acontece justamente o contrário: a subnutrição é que faz com que a mulher em estado de miséria tenha mais filhos. No caso específico do Brasil, existe até uma nova raça: os *homens gabirus*. Devido à subnutrição sua estatura diminui para uma média de um metro e trinta e cinco centímetros. Se modernamente com o surgimento das **Ciências Humanas** é possível ao ser humano tornar-se agente da História e não mais simples objeto, o que está acontecendo, principalmente no Brasil?

Entrando-se na conceituação de Estado, geralmente aprende-se que *Estado é a sociedade politicamente organizada*. É um conceito muito pobre, que pouco ou nada explica, e que não serve para conceito que leve a uma compreensão geradora de princípios jurídicos.

Antônio Gramsci explica muito bem a estrutura e o funcionamento do Estado. Em seu longo período de encarceramento, durante onze longos anos, Gramsci escreveu muito, apesar da repressão, do desconforto e da doença. Quando foi libertado, falecendo logo depois, seus escritos foram sintetizados numa obra: "Cadernos do Cárcere". Nestes anos após a morte de Gramsci, chegou-se à conclusão de que há muita riqueza contida em sua obra. A teoria da renovação do marxismo, como exposta pela vítima maior do fascismo italiano, principalmente agora, que com a queda do socialismo real e a constatação de que o neo-liberalismo também faliu. E o mundo está diante de uma situação *sui generis*, já predita por Gramsci: O velho está morto e o novo não consegue nascer. Carlos Nelson Coutinho, em sua obra "Fontes do Pensamento Político" - Gramsci⁹ - assim se expressa a respeito: "A teoria ampliada do Estado em Gramsci (conservação/superação da teoria "clássica") apóia-se nessa descoberta dos "aparelhos privados de hegemonia", o que leva nosso autor a distinguir duas esferas essenciais no interior das superestruturas. Justificando numa carta a Tatiana Schucht, de setembro de 1931, o seu novo conceito de intelectual, Gramsci fornece talvez o melhor resumo de sua ampliada concepção de Estado: "Eu amplio muito - diz ele - a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais". Esse estudo leva também a certas de

⁹ Carlos Nelson Coutinho - GRAMSCI

terminações do conceito de Estado que, habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento), e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.). Portanto, o Estado, em sentido amplo, "com novas determinações", comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. Duas problemáticas básicas distinguem essas esferas, justificando que elas recebam em Gramsci um tratamento relativamente autônomo. Em primeiro lugar, temos uma diferença na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. AMBAS, EM CONJUNTO, FORMAM O ESTADO (no sentido integral: ditadura + hegemonia). Estado que, em outro contexto, Gramsci define também como "sociedade política + socie-

dade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção"¹⁰.

E a *teoria ampliada do Estado*, que merece ser entendida. Gramsci entende que o Estado tem dois referenciais básicos, a infra-estrutura e a super-estrutura. A infra-estrutura é o que Marx denominou "relações econômicas de produção". Note-se que a conceituação nos remete ao início da civilização: a primeira atividade econômica organizada foi a agricultura. Sim, porque antes era praticado o cultivo, mas não de forma sistemática e social. Assim, junto com a agricultura organizada, surgiram os excedentes e sua apropriação, a divisão do trabalho, os primeiros regulamentados de trabalho e venda. Mas também surgiram o governo, o Estado: a sociedade tornou-se organizada, tendo uma infra-estrutura, um alicerce: a relação de trabalho escravo x senhor do escravo. Os inimigos capturados na guerra, que antes eram sacrificados, agora, sendo propriedade do vitorioso, foram postos por ele a trabalhar. O sistema escravocata perdurou por toda a Idade Antiga, sendo que filósofos como Aristóteles e Platão defenderam-no por não vislumbrarem naquele momento outro sistema melhor. E que as instituições têm caráter histórico. Com as alterações sócio-econômicas também surgem outras estruturas, mais adequadas à nova situação. Veio a Idade Média: os senhores de escravos tornaram-se senhores feudais e os escravos, servos da terra. Aqui a relação já não era mais direta entre escravo e senhor de escravo,

¹⁰ Carlos Nelson Coutinho - GRAMSCI -, p. 91/92

mas havia um contrato pelo qual o servo da terra ficava vinculado à terra pelo resto da vida, não podendo retirar-se livremente. Devia obediência absoluta, na paz e na guerra.

O sistema medieval foi superado por outro, o moderno. Os senhores da terra que se tornaram comerciantes, transformaram-se em patrões ou empregadores; e os servos que foram trabalhar nas cidades na qualidade de artesãos, tornaram-se operários ou proletários. A nova relação de produção econômica é considerada não mais coercitiva, mas contratual. Teoricamente, seria o sistema ideal, mas na prática é simples contrato de adesão. Vimos, então que a História produziu três modos de inter-relacionamento sócio-econômico: a escravatura da era antiga, a medieval com os *"escravos da terra"* e a moderna com os *"cidadãos da segunda categoria"*, os proletários.

A super-estrutura do Estado, segundo Marx é constituída pelo *"mundo da cultura"*, como influência geradora da infra-estrutura. Assim, se a infra-estrutura dos bens de produção é medieval, teremos arte, religião, ciência, folclore, governos, tudo medieval. E o determinismo histórico. Já a *teoria ampliada do Estado* de Gramsci aprofunda a visão do problema. Considerando-se que o ser humano moderno expressa-se sempre através das instituições, Gramsci vê a super-estrutura como a união coordenada de duas sociedades, a sociedade política e a sociedade ci-

vil¹¹. A sociedade civil Gramsci denomina hegemônica, sendo que a sociedade política é reconhecida como ditadura. Para melhor compreensão noutro contexto Gramsci se expressa de outra maneira: "sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia revestida de coerção". Assim, ambas a sociedade civil e a sociedade política servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. O método de encaminhamento desta promoção ou conservação varia nos dois casos: *no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições* mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção¹². Pode-se ver aqui o porquê Gramsci concentrou sua atenção na sociedade civil. E que os clássicos, todos eles, debruçavam-se sobre o fenómeno Estado. A diferença entre Gramsci e os clássicos é que a hegemonia recebe base material

¹¹ A sociedade civil, segundo Carlos Nelson Coutinho "é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.. Já a sociedade política é o aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa, nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na prevenção dos momentos de crise no comando e na direção (nos aparelhos privados de hegemonia, quando fracassa o consenso espontâneo", in GRAMSCI, p. 93.

¹² Carlos Nelson Coutinho - GRAMSCI, p. 92

própria, um espaço autônomo e específico da manifestação. Mas há diferença maior entre as duas sociedades, a civil e a política. Distinguem-se por uma materialidade (social) própria. "Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci denominava de "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política". Carlos Nelson Coutinho assim se expressou: "Considerando os organismos da sociedade civil como parte integrante do Estado em seu sentido estrito Althusser propõe uma estratégia política que - acentuando excessivamente o caráter "separado" do partido operário e sua radical diferença em relação ao Estado - prega uma luta a se travar inteiramente fora do Estado (aqui, do Estado em sentido amplo): "Por princípio, coerentemente com sua razão de ser, o partido deve estar fora do Estado. Jamais deve-se considerar como *partido do governo*¹³. E a negação da tese gramsciniana da "guerra de posições": "a idéia de que a conquista do Poder do Estado, nas sociedades complexas do capitalismo recente, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, ou seja, no interior do Estado, em sentido amplo. E a tese de que a sociedade burguesa-capitalista não sofrerá um colapso repentino, mas haverá uma transição em

¹³ Carlos Nelson Coutinho - GRAMSCI, p. 97.

forma de luta pelos aparelhos privados de hegemonia. Será um longo processo histórico que trará à tona uma nova sociedade, com novas infra e super-estrutura. Os recentes acontecimentos no Leste Europeu confirmam a teoria de Gramsci. Ao mesmo tempo, o "Ocidente" também entrou em processo de ebulição, com as integrações em mercados comuns. O resultado fatalmente será um enfraquecimento das burguesias nacionais, com influência cada vez maior do proletariado, através de suas organizações da sociedade civil e da sociedade política. Estará se cumprindo o que foi predito não somente por Gramsci, mas também por Marx, Engels e Lênin: a extinção gradativa do Estado, que irá se diluindo na sociedade sem classes, que Gramsci costumava chamar de sociedade regulada.

AS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS APOS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

O quadro institucional brasileiro já nasceu doente, pois o sistema capitalista quando surgiu na Península Ibérica teve um desenvolvimento separado e diferente do implantado na Inglaterra, Alemanha, Holanda e França. Na Espanha e Portugal o capitalismo assumiu forma "corporativista". E foi esta estrutura sócio-econômica que os portugueses trouxeram e nos legaram. Até hoje não foi possível organizar uma transformação no sentido de alteração do *status quo*. Isto porque sempre que surgia oportunidade de mudança, o sistema estamental, bem articulado conseguia dar a volta por cima e manter-se no poder. Exemplos não faltam: na Independência em 1822, na verdade, o que houve, foi uma ruptura com o Reino Unido provocada pelos comerciantes brasileiros, que chegaram à conclusão de que a união com Portugal iria ser sempre um freio aos seus lucros. Com a Independência continuaram classe hegemônica na parte civil e ditatorial na parte política. A mesma situação ocorreu na Proclamação da República: os fazendeiros de café, vendo que tinham perdido a base de sustentação política, procuraram outra e acharam: a República. Continuaram no Poder: até 1930 todos os Presidentes da República foram fazendeiros de café. E os exemplos são inúmeros; tanto que seria difícil enumerar. O caso mais recente de manipulação ardilosa das instituições foi o que aconteceu na redemocratização de 1985. Depois de ter-se apoderado de forma ditatorial do aparelho do Estado em

1964, e revertido toda a situação a seu favor, chegando a "privatizar o Estado", numa expressão feliz de *Ulisses Guimarães*, os detentores do poder econômico por volta de 1978 viram-se num dilema: manter ou não os militares no poder político (bonapartismo). Se mantivessem os militares, o que poderia acontecer seria a perda total do poder político e possivelmente até do social e econômico, com uma "Cuba gigantesca" desafiando a "águia americana". Por outro lado, com a saída dos militares do poder político das esquerdas e até vitórias nas eleições, com ameaça direta à hegemonia política. O que se faz? A distensão gradual e conduzida. Esta "distensão" durou desde 1978 até 1985. Geisel fez sua parte, "batendo uma vez na ferradura e outra no cravo": à medida que ia dando oportunidade de vitória à oposição, reafirmava seu poder cassando mandatos e "reformando" a constituição com o "pacote de abril". Seu sucessor não quis continuar na redemocratização, mas foi forçado pelas circunstâncias. A grande oportunidade do "sistema" chegou quando após a derrota no Colégio Eleitoral, conseguiu colocar no poder seu líder maior, que inclusive comandou a votação na Câmara dos Deputados que derrotou as "diretas já": José Sarney. Tinham novamente "dado a volta por cima" e se mantido no poder. Assim, com muita habilidade Sarney foi conduzindo a situação até a Constituinte, quando por irônico que pareça, com a metade do que antes era partido de oposição foi constituído o "Centrão", a força mais reacionária e retrógrada que poderia ter surgido. Para conseguir seu desígnio, Sarney conseguiu mais um ano de mandato, impedindo a eleição presidencial antes da

Constituinte, pois seria plebiscitária. Para conseguir seu designio, Sarney usou da velha máxima da oração de São Francisco de Assis: "E dando que se recebe": comprou deputados e senadores, num festival de corrupção. E quando a Constituinte reuniu-se, o ambiente estava formado. O "Centrão" é que deu as cartas. Todas as conquistas sociais que negociadas foram incluídas no rol dos dispositivos constitucionais sujeitos à confirmação por lei complementar e até hoje dormem tranqüilamente à espera de confirmação por lei complementar. Algumas são tão importantes que é verdadeiro crime a não regulamentação. Uma delas é a que regula a estabilidade no emprego, que agora tem o nome de "*Garantia contra despedida arbitrária ou sem justa causa*". A não existência de lei complementar regulando a matéria tem provocado alta rotatividade de mão-de-obra com a finalidade de arrocho salarial. Mais recentemente ainda, um Presidente foi eleito com um dilúvio de dólares das forças mais reacionárias deste país. Quando estas forças chegaram à conclusão de que a verba colocada estava sendo manipulada para outros fins, depuseram o Presidente. Todos os que elegeram voltaram-se contra ele. Com que objetivo? Continuar no Poder. E através de manobras conseguiram colocar o vice que assumiu num dilema: ou trabalha dentro do estipulado, ou é cassado também. E que existem forças que desejam a manutenção do *status quo* com a permanência da inflação em "banho maria" que assola a esmagadora maioria, mas engorda as contas bancárias numeradas secretas no exterior.

Pode-se dizer que se instituições políticas e sociais estão de tal maneira visadas que não podem permanecer, sob pena daquilo que o Presidente falou *in off* e negou *in on*: a possibilidade concreta de um "arrastão social" de proporções catastróficas.

Capítulo III

Aspectos da Origem e Evolução da Religião Monoteísta Como Formadora da Ética

Sumário:

**As Instituições Israelitas Baseadas
na Religião**

**A Introdução da Ética no Direito
Através da Religião Monoteísta**

Conceito e Origem da Ética

A Essência da Moral

O Caráter Social da Moral

Moral e Direito

Os Problemas da Moral Social Contemporânea

**A Decadência do Ocidente: O Abandono
Do Direito Natural**

*"Os que forem sábios resplandecerão
como o fulgor do firmamento e
os que converterem a muitos para
a Justiça resplandecerão como as
estrelas sempre e eternamente".
(Profeta Daniel)*

AS INSTITUIÇÕES JURIDICAS ISRAELITAS BASEADAS NA RELIGIAO

Se os gregos e romanos eram povos indo-europeus, originários da Asia Central, de onde se espalharam primeiro pelas imensas planícies da Eurásia e depois migraram para o sul, através dos desfiladeiros dos Alpes e do Himalaia, os semitas eram "povos brancos do Sul". Viviam, após a última glaciação terminada há dez mil anos, ao sul das imensas cadeias de montanhas. Foram os primeiros povos a domesticar gado ovino e bovino. E devido a isto levavam vida nômade. Posteriormente alguns povos tornaram-se sedentários. Entre os semitas que se tornaram sedentários por volta do segundo milênio antes de Cristo estavam os hebreus. Devido à peculiaridade de sua formação cultural, foi este povo introdutor na vida civilizada dos princípios éticos inicialmente na religião e depois no Direito. Se os romanos aperfeiçoaram as instituições, os hebreus aperfeiçoaram a ética.

Este trabalho civilizatório ético do povo hebreu teve três fases bem delineadas: a primeira contida na Bíblia, principalmente os cinco livros de Moisés ou Pentateuco; a segunda durante o cativeiro babilônico; e a terceira fase foi a posterior ao Telmud.

Na primeira fonte do Direito Hebraico está a Bíblia, ou Torá para os israelitas. Constituiu-se inicialmente com

os cinco livros de Moisés (Pentateuco). O Direito Hebraico inicialmente não se baseou em autoridade humana, quer dizer, a um legislador, mas à autoridade divina. Devido a isto desconhece a distinção entre o direito sagrado e profano. Eles tinham uma explicação para o julgamento mal feito: diziam que se um juiz julgasse injustamente, isto traria maldição de Deus sobre todo o povo, pois houve ofensa ao caráter justo da divindade. Esta religiosidade moral permeava todos os aspectos da vida e os preceitos que os governavam.

A lei de Moisés, sendo a primeira legislação escrita do povo hebreu, vem desde a constituição nacional do povo de Israel, que se inicia com o êxodo do Egito e a revelação mosaica (cerca de 1500 anos antes da era cristã). A lei de Moisés não trouxe grandes novidades, pelo contrário, aceitou e sancionou parte dos costumes e leis que devem ter vigorado de maneira natural em épocas anteriores, na fase incipiente da civilização hebraica, pois ainda não existia o conceito de povo ou nação, mas o de família (Abraão) e de tribo. A vida era simples, restrita às atividades agro-pastoris e uma forma bastante rudimentar de comércio. Esta simplicidade está profundamente estampada na lei mosaica, cuja principal qualidade está no fato de ter elaborado um código verdadeiro de normas não escritas da primitiva sociedade de nômades. O Pentateuco, através de artigos simples, breves e precisos, estabelece normas de conduta para uma sociedade já detentora de sede territorial e ordem estatal ao mínimo em estado

de formação. São normas que regulam a legislação do trabalho (a escravidão ou a servidão, o repouso semanal obrigatório, a propriedade imobiliária, o homicídio, o furto, a lesão corporal, o incêndio, o mútuo, a calúnia, o casamento, a assistência social, a sucessão, o resgate, a constituição e a jurisdição dos tribunais, a prova testemunhal e a guerra); havia até princípios de relações internacionais.

Observe-se que na parte civil, religiosa e em boa parte na criminal existem dois princípios novos, não existentes em códigos de outros povos: princípios morais até então inexistentes nas demais religiões politeístas. O Deus de Israel, único, eterno, onipresente, onipotente e onisciente era descrito não com os defeitos dos seres humanos como na Grécia e em Roma (antropomorfização), mas com características próprias, moralmente superior e que servisse de parâmetro para a conduta individual e social do povo. Este Deus, como criador de todas as coisas também supria as necessidades de toda ordem, até materiais, conduzindo os indivíduos e o próprio povo para uma vida saudável e harmônica.

Assim, a lei mosaica, rigidamente codificada como era, vigorou entre os israelitas, sem maiores modificações ou acréscimos, desde a formação do Estado israelita, através dos períodos dos Juizes e dos Reis, até a destruição de Jerusalém pelos babilônios no ano de 586 a.C., quando teve início um novo período na história deste povo tão singular.

O exílio babilónico dos hebreus e o novo Direito: a partir de 586 a.C.. Teve início uma profunda transformação da vida social e cultural dos hebreus. Foi o início também de um novo Direito: o chamado DIREITO ORAL. Isto porque houve contacto com os mundos persa, grego e romano, modificando profundamente as suas condições de vida.

Até a área comercial foi sensivelmente afetada pelos conhecimentos adquiridos junto aos babilônios, que tinham a rica herança da Suméria, e da Acádia, as mais primitivas civilizações conhecidas. Observaram, assim, que a lei de Moisés já não era mais a terapia adequada para regular as novas relações que iam surgindo regularmente. Este longo processo de elaboração de uma legislação oral, durou um longo período de 900 anos.

A lei oral atuava ao lado da escrita (a mosaica). Isto porque séculos afora a lei mosaica continuou a ser considerada a legislação suprema, infalível, sacrossanta, ditada pelo próprio Deus. A legislação oral sempre prevalecia. A lei oral era formada pelos trabalhos dos escritores (Sofrim), dos homens da Grande Assembléia (Sinédrio) e pelas opiniões dos sábios (Tanaim) e sempre teve caráter subsidiário, interpretativo e integrativo, a semelhança da atual Jurisprudência. A primeira codificação do direito oral - reunião de tradições, inovações e até acréscimos feitos no decorrer de séculos à lei escrita, foi realizada no início do terceiro século da era cristã. Assim, no ano 192 o úl-

timo sábio Iehudá Hanassi realizou uma obra gigante, englobando todos os campos do Direito, da Religião e da Moral. A este código foi dado o nome de "Repetição" (*Michná*).

A *Michná* divide-se em seis partes bem distintas¹⁴:

- Sementes (*Zera'in*) 1a
- Mulheres (*Nachim*) 3a
(Formam o Direito Civil)
- Danos (*Neziqim*) 4a

A *Zera'in* abrangia as leis rurais e a propriedade imobiliária; a *Nachim* ocupava-se do Direito de Família; a *Neziqim* tratava das obrigações civis, da usura, dos danos à propriedade, da sucessão, da organização dos tribunais, do processo, dos efeitos das decisões jurídicas.

Aí então surgiu um sério problema: a necessidade de adaptação de toda a nova legislação e novas situações à imutável lei mosaica, estabelecida pela própria divindade. Havia necessi-

¹⁴ O Direito e a Vida dos Judeus - Vicente Rao, p. 140/143.

dade de que fossem criados mecanismos de solução de conflitos e dúvidas. Observou-se que a lei mosaica sozinha não tinha condições de se adaptar às novas situações: estes mecanismos surgiam da manifestação das necessidades que iam surgindo. Introduziram, assim, a Hermenêutica, a Dialética e a Exegese. A estas ciências dedicaram-se durante séculos os sábios judeus (de 200 a 500 da Era Cristã). Interpretaram, discutiram e aprofundaram o texto do Michná. Foram as escolas de doutores existentes na Palestina e na Babilônia (onde nesta época existiam grandes comunidades judaicas, tanto de remanescentes do cativo, como de babilônios convertidos ao judaísmo). Neste meio surgiu o "Aperfeiçoamento" (Guemará), que juntamente com a Michná, constituem o Talmud (estudo), que é o verdadeiro corpo da legislação hebraica. Nesta Guemará são estudadas as fontes bíblicas dos vários dispositivos novos, não abrangidos pela lei escrita. São examinados os princípios legais da Bíblia; foram reexaminadas as tradições e as opiniões; houve a conciliação de princípios e normas contraditórias, tudo com a finalidade de conciliar os dois corpos de lei.

Posteriormente ao Talmud, houve nova elaboração do Direito: a lenta evolução continuou através de toda a diáspora (dispersão dos judeus pelo mundo), pelos sábios (Gueonim) da Babilônia e da Pérsia, nos séculos VII a XI. Surgiram as obras "Discussões", "Respostas" e "Compilações". A partir do século XI surgiram na França Setentrional os "Acrescentadores". Em 1105 na França Chelomo Izkhaki escreveu um livro de "Comentários" à Bíblia e ao Talmud. Na África do Norte Izhak Al Fasi e Moché Ben Maimum (Maimonides); na Espanha e no Egito surgiu Josef Caro com sua obra "Mesa Posta".

Neste período talmúdico, com sua interpretação, assimilação de costumes novos de outros povos, o progresso alcançado foi ofuscado por duas situações resultantes do contacto com os outros povos: de um lado o dogmatismo religioso passando ao fanatismo fundamentalista e de outro lado o abandono de valores tradicionais, através de interpretação sofismática, levaram a única até então religião monoteísta a cair em crise profunda. Do lado do dogmatismo passaram a abominar tudo o que visse da Grécia. Tudo o que vinha do Helenismo era considerado atentatório à própria segurança do Estado Judeu em seu ponto mais sensível; a cultura. Pode-se tomar como exemplo o ocorrido no período dos Seléucidas, sucessores de Alexandre Magno. A cultura helenística penetrou avassaladoramente na Palestina. Teve início com a prática esportiva grega. A mocidade praticava intensamente os jogos olímpicos gregos, entre eles o arremesso do disco. Só que, segundo os regu-

lamentos helênicos, esta modalidade deveria ser praticada estando o atleta completamente despido, coberto apenas por fina camada de óleo. Como a nudez era reprovada pela religião mosaica, a reação foi muito intensa nas camadas dirigentes judaicas. Até ali ainda seria possível contornar o problema mediante atitudes prudentes dos não israelitas. Entretanto, o pior ainda estava por vir: os helenísticos passaram a exigir sacrifícios aos deuses do Olimpo. A situação tornou-se provocativa quando passaram a sacrificar suínos em altares hebreus, o que é um terrível sacrilégio, pois a lei de Moisés proibia terminantemente o consumo de carne de porco (devido à disseminação da lepra) e a ingestão de qualquer tipo de sangue (com certeza Moisés, criado na ciência egípcia, estava a par da existência da AIDS, já que o vírus é originário do vale do Nilo). O resultado foi uma violenta guerra de libertação nacional, chamada Guerra dos Macabeus. Por outro lado, a presença da cultura helenística levou muitos israelitas apostatarem da religião, adotando a cultura helenística. Exemplo típico desta atitude de traição foi o de Flávio Josefo, que no tempo do domínio romano bandeou-se para o inimigo, adotou seus costumes e em Roma escreveu a "História dos Hebreus", segundo a ótica romana.

Apesar disto tudo, após a dispersão dos judeus pelos romanos pelo mundo inteiro, não houve interrupção dos estudos e da elaboração do direito judaico. Através do mundo inteiro, em cada escola de rabinos (Yeshivá) continuou-se a estudar não só a religião, mas as tradições e o Direito Hebraicos. Entretanto, a

partir de 1948, com o reestabelecimento do Estado israelense e a instituição do novo Parlamento (Knesset) a legislação está novamente florescendo intensamente, e com uma característica: no direito adjetivo, o sistema processual segue a linha anglo-saxônica, devido ao fato de a Palestina ter estado sob mandato inglês de 1918 a 1948 e a administração colonial ter sido inglesa.

Deve-se, entretanto, levar em conta um fato de maior importância acontecido no seio do monoteísmo judaico. Este fato teve início no período da realeza e perdurou até a volta do exílio babilônico: a transformação lenta e gradual da religião monoteísta codificada por Moisés, de um sistema punitivo da forma mais dura possível, para a idéia da recuperação daquela pessoa que cometeu um crime, ou pecado para que perdoado da falta, desde que verdadeiramente arrependido e ter indenizado o prejuízo, continuasse a ter vida normal. Por exemplo, na codificação mosaica, a mulher adúltera, os homossexuais masculinos e femininos, os pedófilos, os zoófilos, os feiticeiros, deveriam ter a pena de morte por apedrejamento. Já os profetas tinham outro ensino a respeito: mandavam que o acusado pedisse penitência e que seria perdoado. E finalmente, se para nós e muito mais para os israelitas é simplesmente um profeta, que veio alterar todo o dispositivo mosaico neste sentido, Jesus Cristo afirmava que não tinha por missão condenar ninguém, mas a levar a todos para uma vida melhor, mais tranqüila, saudável e em paz. E este judaísmo - avançado socialmente, apresentando um Deus de piedade, apesar de jus-

to, não foi aceito pelos judeus. O profeta Jeremias foi linchado, outros tiveram que se exilar e Jesus Cristo foi entregue ao governo romano para ser condenado à morte. E como a mensagem de paz não foi aceita, quando Jesus Cristo entrou triunfalmente em Jerusalém montado num burro, que simbolizava naquele tempo a autoridade civil, a elite hebraica partiu para o confronto com o Império Romano, tornando-se o único povo a ter seu lar nacional destruído pelos romanos, a ser espalhado pelo mundo pelos soldados das Legiões. Com nenhum povo o Império Romano agiu desta maneira.

Entretanto, a pequena seita de seguidores do carpinteiro da cidade de Nazaré, multiplicou-se de maneira tão avassaladora que o Império Romano do Ocidente sucumbiu em 476 d.C., dando início à Idade Média Européia e ao surgimento da Igreja Católica Romana, que tornou-se depositária das grandes tradições do passado.

O Direito Civil foi atingido em toda a sua plenitude pela ética Monoteísta. Veja-se como exemplo a máxima de Kant¹⁵: *"Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal"*. Houve, entretanto, um setor do Direito que custou a se enquadrar dentro de princípios éticos humanísticos. Trata-se do Direito Criminal. Durante todo o período da Idade Média e boa parte da era moderna, o sistema penal continuou a ser vingativo, irracional, anti-científi-

¹⁵ Immanuel Kant, in "Os Pensadores", p. 129

co, baseado no Direito Natural e no livre arbítrio unicamente. Até os tribunais da Igreja, também chamados de **Inquisição**, foram barbaramente cruéis: torturas, mortes na fogueira. A justiça penal do Estado tinha sua base nas penas corporais, sendo as prisões existentes, masmorras, infectas, onde o infeliz esperava agrilhado sua pena corporal, que às vezes tardava até três anos, como aconteceu com Tiradentes. Quem estabelecia as penas eram os reis, com poder absoluto e soberano, para decretar as penas que julgasse melhores (para o rei). Pode-se tomar como exemplo o que *Michel Foucault* descreve em seu livro "Vigiar e Punir" a respeito de como foi aplicada a pena de morte a um parricida em Paris. E note-se bem, que em muitos países, o sistema penal ainda é unicamente vingativo, não tendo sido atingido pela ciência criminal, vislumbrada a primeira vez na Itália por *Cesare de Bonesana*, Marquês de Beccaria. Foi praticamente com ele que começou a se formalizar uma doutrina do Direito Penal, baseada nas idéias do Iluminismo do século XVIII. Sistematizou suas idéias num "pequeno grande livro": "Dos Delitos e das Penas". Houve inicialmente um verdadeiro "terremoto" nos meios jurídicos e políticos, devido ao avanço das idéias. Mas depois de ter sido entendido, Beccaria foi reconhecido e sua obra influenciou a maior parte dos Códigos Penais, principalmente aqueles que seguem o sistema romano. Os sistemas anglo-saxônico, israelita e muçulmano ainda não conseguiram superar, o primeiro o direito natural e os outros dois o direito com base religiosa. As legislações criminais baseadas em Beccaria aboliram os castigos cruéis, a pena de morte, a pena

vingativa e adotaram o princípio da legalidade e uma legislação criminal e processual baseada na escrita e não na oralidade. Já os países da *common-law* ainda mantêm absurdos como a pena de morte para menores de dezoito anos e para doentes mentais, a negociação com o preso para que denuncie seus comparsas, submeter vítimas de estupros a interrogatórios públicos e Júris a inquirições vexatórias. Na Arábia Saudita, os presos condenados a morte são decapitados em público, defronte à principal mesquita, depois das orações da tarde e na frente de uma multidão. Na Mauritânia, país que segue a tradição muçulmana ao pé da letra, os ladrões têm a mão decepada com machado. Recentemente foi editada lei afirmando que este castigo era muito cruel. Portanto, daí em diante a mão do ladrão não deveria mais ser cortada com machado, mas os cirurgiões deveriam amputá-las sob anestesia...

Mas, de onde Beccaria extraiu suas principais idéias? Parece não existir muita dúvida a respeito, uma vez que Bonesana estudou em Paris, onde as primeiras letras e depois a cultura filosófica e humanística foram hauridas dos Jesuítas. Veja-se aí a influência da religião do Direito Criminal, alterando a legislação, segundo os princípios humanísticos do cristianismo básico. Então, se na Legislação Brasileira das ordenações afonsinas e manuelinas era prescrita pena violenta como: açoites, torturas variadas, pena de morte, banimento, galés e extensão da pena à família do réu, hoje em dia a lei das Execuções Penais (Lei nº 7.210/84) estabelece em seu artigo 1º: "*A execução penal tem*

por objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado". Depois estabelece os direitos e deveres do preso. Note-se: direitos; a classificação dos condenados, segundo a periculosidade. Veja-se, por exemplo, o artigo 100: "A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade". E mais: "A assistência estende-se ao egresso". E quantos e quantos delinquentes perigosos já foram recuperados para a sociedade, até aqui em nosso Estado de Santa Catarina. Todos estes dispositivos legais são extraídos do cristianismo pietista que Beccaria aprendeu e praticou, mas principalmente divulgou.

Ficou, assim, demonstrada a profunda influência que a religião exerceu e exerce no Direito, principalmente na civilização denominada Ocidental.

Esta influência não existe somente no Direito Criminal, como já demonstrado: o relacionamento entre os agentes econômicos, capital e trabalho, que no início da revolução industrial, era caótico, com a doutrina social da Igreja começou a organizar uma legislação apropriada. O Papa Leão XIII com sua "Rerum Novarum" levou à criação do mais dinâmico e universal dos Direitos: o Direito do Trabalho. Na esfera civil, a família também foi beneficiada com sua libertação em primeiro lugar e depois de um estado de submissão, e por força de dispositivos religio-

sos, a lei elevou a mulher à condição atual de "companheira". Nas relações civis patrimoniais, surgiu a máxima, hoje considerada universal: *"Sobre toda propriedade particular pesa a hipoteca do social"*.

Mas, porque o Direito Ocidental acolhe estes princípios e os torna leis? Por que outra legislações não influenciam tão profundamente, mas são influenciadas? Devido ao substrato ideológico-religioso que tem o Direito Ocidental: o Monoteísmo - gestado e nascido no seio de tribos semíticas na longínqua Mesopotâmia, que depois levou à criação do único povo de feição universal e depois ao Cristianismo, também a religião que melhor se adapta a todos os povos.

A INTRODUÇÃO DA ETICA NA CIENCIA DO DIREITO ATRAVES DA RELIGIAO MONOTEISTA

Na ciência do Direito existem muitas definições, conceituações e até elucubrações do que seja Direito. Existem realmente tantas conceituações do Direito, quantos são os cientistas jurídicos. Mas, uma delas chama a atenção pela sua abrangência e visão ampla. *Miguel Reale*, define Direito como norma, fato e valor jurídicos¹⁴. Para ele tendo havido um fato, tornar-se-á jurídico se houver norma a respeito. E do confronto com a norma surge a valoração. E que o Direito moderno está assumindo nova posição, muito mais coerente e científica, dando a tudo o que é jurídico muito mais objetividade e certeza, gerando um Direito dinâmico, inserido na cada vez maior necessidade de geração de soluções na crescente crise social. De um lado o Direito se socorre das ciências empíricas, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia Política, a Psicanálise e a Medicina Legal, que oferecem diagnósticos empíricos objetivos e concretos, trazendo a verdade científica do fato social. Sobre o diagnóstico elaborado, o Direito com sua outra ferramenta, a teórica, da Filosofia do Direito, na qual então, a Semântica, a Lógica Jurídica, a Linguagem Jurídica e a Etica, interpreta o conjunto de fatos diagnosticados, chegando a um projeto de lei apto a gerar uma norma jurídica legítima e eficaz.

¹⁴ Miguel Reale - Lições Preliminares de Direito, p. 65.

Se é assim, e a maioria dos legisladores o sabe, porque o repertório brasileiro de leis está eivado de leis ineficazes até em si mesmas, criando verdadeiros vazios jurídicos, gerando uma crise sem precedentes no país. Crise tão violenta que devido à incapacidade de o Estado Federal intervir no vazio do poder, estão surgindo movimentos separatistas no Rio Grande do Sul, São Paulo e Nordeste. E POR QUE ISTO ESTA ACONTECENDO? E devido ao abandono da parte "valor" do Direito, tanto no ensino da lei, como na sua criação e também na sua aplicação. Predomina dogmática, estéril e contraditória. Não há raciocínio jurídico objetivamente ordenado, que conduza à verdade dos fatos. Chega-se a tal ponto de descalabro que em muitos cursos de Direito a matéria específica "Hermenêutica Jurídica" não consta mais nos currículos. Isto quando se sabe que a base fundamental do trabalho jurídico é a interpretação das leis. Isto tudo tem sua razão de ser: as forças políticas mais retrógradas e conservadoras, no afã de dominar através da elaboração de leis, uma vez que para eles existe "o direito da força" e não "a força do direito", colocam-se no ensino da lei, elaboram a lei e a aplicam de forma estática, pensando que com isto manterão seu domínio, o exercício do poder autoritário. Pode-se citar um bom exemplo: o Código Civil Brasileiro é datado de 1917. Nele legislou-se que em caso de esbulho possessório, cabe reintegração imediata de posse. Pois bem, em 1917 existiam grileiros, bandidos que se apoderavam de terras para depois revendê-las. Hoje em dia há um fato social novo: a existência de pequenos agricultores expulsos de suas terras, mui-

tas vezes arrendadas, pedindo terra para plantar, invadindo glebas improdutivas, pedindo oportunidade de trabalho. E o que acontece? Ao invés de os legisladores criarem dispositivo legal para a colocação dos *sem terra* em áreas ainda devolutas, deixam o Código Civil esclerosado nesta parte, não elaborando novo texto legal. E o que faz o Judiciário? Ao invés de, com o novo fato social dar a reintegração imediata, sim, mas executada pelo governo, recolocando os colonos invasores em glebas já anteriormente projetadas para estas emergências, enviam forças policiais para reintegração à força e os expulsam, tratando-os como grileiros, o que não são, pois não estão possuídos do *animus furandi*. Quantas mortes inúteis já ocorreram nestes confrontos. Mortes, como disse *João Cabral de Nello Neto*, "severinas". Tudo porque abandonou-se a *Ética Jurídica*, ancorando todas as decisões sobre a dogmática cega e injusta. A situação tornou-se tão crítica, que já se fala, inclusive em *Direito Alternativo*, um "outro Direito", mais social e coerente. Há, pois, necessidade de se lançar os olhos sobre o que seja "ética", sua origem e possível aplicação para que se possa, quando necessário, usá-la corretamente: instrumento de Justiça.

CONCEITO E ORIGEM DA ETICA

"A Etica é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade". Ou seja, "é a ciência de uma forma específica de comportamento humano"¹⁷. E mais: "A Etica é a ciência da Moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições éticas devem ter o mesmo rigor e coerência das outras ciências"¹⁸. Aconteceu na História da Filosofia, que a ciência dos primeiros princípios e das últimas causas, inicialmente voltou-se para a Física e a Metafísica, tentando interpretar o mundo. Até que com Sócrates passou a olhar para o homem. O criador da *Maiêutica* com sua expressão: "*gnosce te ipsum*" mudou toda a direção da Filosofia até os nossos dias, a tal ponto de Kant afirmar que *se a ciência é conhecimento, Filosofia é como conhecer*. Assim, a ciência empírica estuda a natureza e a Filosofia analisa o cientista e lhe fornece os mecanismos de pesquisa. Há, pois, um comportamento moral, com um sujeito: o indivíduo concreto, que é um ser social, inserido numa extensa rede de relações sociais. Assim, este comportamento não é de caráter individual mas sim, social. Sendo assim, é possível o estudo organizado da Filosofia do Direito, com sua parte ética. Para que? Para

¹⁷ Adolfo Sanchez Vasquez - Etica, p. 12

¹⁸ Adolfo Sanchez Vasquez - Etica, p. 12

o estudo sistemático daqueles comportamentos provindos dos costumes sedimentados através do tempo, os mores. E através do Direito, a Ética penetra nas outras ciências, como a Medicina, com sua ética médica, na Economia Política, na ética política e na ética religiosa.

Considerando-se que a Moral é um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social, diferindo do Direito apenas na parte em que o Direito é público, estatal e como tal, coator, ao contrário da moral estudada pela ética. Chega-se, pois, à conclusão que, devido à sua relevância merece estudo histórico de suas origens e de seu caráter. Assim, se ela é fator histórico, um modo de comportar-se de um ser - o homem. Historicamente, há três concepções da Moral: "Deus como origem ou fonte; a natureza como origem ou fonte da moral e o Homem (humanidade) como origem e fonte da Moral"¹⁹. Estes três conceitos, segundo Vasquez, coincidem, quando procuram a origem e a fonte da moral fora do homem concreto, real, ou seja, do homem como ser histórico e social. No primeiro caso, procura-se fora do homem, num ser que o transcende (Deus), no segundo, num mundo natural; no terceiro, num homem abstrato, irreal, da essência²⁰. No que se refere às origens da Moral, deve-se, isto sim, procurá-la no processo civilizatório praticado pela humanidade através dos milênios, desde o momento em que se

¹⁹ Adolfo Sanchez Vasquez - Ética, p. 26.

²⁰ Ibidem, p. 26/27.

tornou *homo sapiens* até os dias atuais.

O processo civilizatório teve três fases: selvagem, bárbaro e civilizado. No período **bárbaro**, os seres humanos viviam no nível da animalidade, inseridos em seu ecossistema, sujeitos a todas as contingências e vicissitudes da natureza. A natureza era a grande ditadora da vida extremamente precária destes primeiros seres humanos. Não havia excesso populacional devido aos muitos perigos a que estavam sujeitos os primeiros grupos humanos. Até os nascimentos eram controlados pela natureza. Portanto, eram seres completamente dominados, não tendo cultura, nem costumes. Nada mais eram do que animais iguais em tudo aos outros. Já o período bárbaro é aquele em que os homens, diante da extrema pressão do meio ambiente, começaram a resolver seus problemas em grupo. A pequena horda familiar transformou-se em clã e depois em tribo. Surgiram as primeiras invenções: tudo com intuito de dominar a natureza que os circundava. E era a necessidade que os impelia, abrindo também a idéia para satisfazer a ânsia de saber das coisas. Através da linguagem, inicialmente rudimentar, mas depois mais sofisticada, passaram a se comunicar entre si. E como a língua tem nas palavras, dois elementos, o significante e o significado, começaram a procurar a significação das coisas que os cercavam. Para muitos fenômenos eram dadas explicações dentro da limitada compreensão a que já tinham alcançado. Por exemplo, os povos germânicos acreditavam que o trovão era o carro de guerra do deus *Wotan* trafegando acima das nuvens. Quando relampejava era o

deus que batia com o martelo. Veio também a sede de saber por que tinha que morrer, como os outros seres vivos animados. Através dos tempos, quando falecia um ente querido, alguém da família sonhava com ele, às vezes até falava com o morto nos sonhos. Passavam assim a imaginar que os mortos continuavam vivos em algum lugar não material. E que de alguma forma podiam dar aos mortos alguma coisa que lhes tinha sido negada ou negligenciado em vida. Ao mesmo tempo, para que a vida em grupo fosse rentável, cada integrante do grupo deveria ser solidário com os demais. A solidariedade social deu origem à Moral, que modernamente é estudada pela Ética. Os membros de cada grupo, clã ou tribo, quando caçavam ou pescavam, o resultado da atividade era para todo o grupo. Quando alguém do grupo fosse atacado por membro de clã alheio, a sua tribo deveria vingar-se da ofensa. Este sentimento de solidariedade trouxe toda uma ampla variedade de sentimentos, idéias, maneiras de ser, que solidificados, passaram a ser cumprimento obrigatório, sob pena de reprovação social pela tribo. A prática constante destes costumes fez com que houvesse uma internalização dos princípios. Gravavam-se na mente, sendo depois exteriorizados em forma de lendas, que na verdade eram análises muito profundas, chegando a conclusões que hoje em dia, milênios depois, são considerados síndromes, como o complexo de Édipo. E até dos fenômenos do mundo físico existiam lendas, que eram transmitidas e expressadas oralmente. Estes sentimentos expressados deram origem à Moral. Com o surgimento da civilização, cujo início foi a introdução do primeiro sistema econômico que envolvia toda a socieda-

de, a agricultura, tiveram como resultado, o surgimento do Estado, dos governos, das leis organizadas, dos sistemas tributários, a divisão social do trabalho. As idéias agora mais do que nunca eram repassadas à comunidade através das religiões, que inicialmente eram animicas, depois fetichistas (totemismo), politeísmo e finalmente o monoteísmo.

Deve-se, entretanto, observar que o politeísmo tinha um referencial ideológico individual-hedonista: o alcançar favores dos deuses, individualmente, sem considerações para bem ou mal. E que vigorava o princípio da unidade. Segundo esta idéia, haveria interpenetração entre amor e ódio, dia e noite, saúde e doença, belo e feio, bem e mal. Uma ótima ilustração deste princípio é o Yin e o Yang chinês. Observe-se assim, que o importante era alcançar o favor do deus ou dos deuses. Assim, os Romanos tinham um deus para cada necessidade: Marte, o deus da guerra, Vênus, a deusa do amor, Hermes, ou Mercúrio, o mensageiro divino, mas também deus dos comerciantes e ladrões, Apolo, o deus da sabedoria e Dionísio, ou Baco, deus dos bêbados, Juno, deus do lar. Um pouco mais atrasados, os cananeus da Palestina, tinham diversos deuses, como a deusa da fertilidade, que tinham seus templos, que eram ao mesmo tempo bordéis. Com isto a humanidade da era antiga conheceu fases de terrível depravação, pondo, em certas ocasiões, toda a vida humana em perigo. Sim, a vida humana já conheceu perigos muito maiores do que a atual ameaça das armas atômicas. Grandes impérios ruíram fragorosamente devido à degra-

dação ética. A maior prova disso foi a derrota do Império Romano em 476 d.C.. Pode-se dizer que ele não explodiu - implodiu. Um bom exemplo foi o de *Cincinato*, que desistiu da política por desavenças. Foi cultivar sua lavoura. Foi chamado de volta e venceu uma guerra. Foi-lhe oferecida uma coroa, que não foi aceita. Voltou ao arado²¹. Situação bem diferente ocorreu com os nobres por volta de 450 d.C.. Passavam seus dias "curtindo" em enormes villas, servidos por batalhões de escravos e quando ocorria alguma guerra, pagavam mercenários para lutar em seu lugar. De militares passaram a *soldatum*. Quando houve a guerra contra os germanos em 476 d.C. o exército romano comandado por germanos mercenários não podia vencer. Isto aconteceu devido ao fato de Roma ter dado luz ao Direito-Ciência, mediante a criação de organizações organizadas e permanentes, legando à humanidade um conjunto de princípios tão sólidos e coerentes que até hoje o Direito Civil ainda é romano atualizado. Entretanto, faltou ao Direito Romano algo muito importante: a Ética Jurídica. O Direito Romano não tinha absolutamente nada de ético: era direito de força e não força de Direito. O Direito Penal Romano não conhecia piedade. O ser humano deveria viver para o Direito e não o Direito existir para o bem-estar do ser humano. Em Roma, no início, o devedor podia ser morto e retalhado para pagar a dívida. Como não eram canibais, viram que nada lucravam com a morte do "velhaco" - jogavam-no amarrado no rio Tibre. Por fim, julgaram ter encontrado a solução: o devedor era vendido como escravo para resgatar a dívida. Note-se que

²¹ Padre Milton Luis Valente - *Ludus Primus*, p. 90.

quando caia escravo ficava sob o jugo de outro direito penal. Isto porque a lei penal romana punia de maneira desigual o cidadão romano e o estrangeiro. Havia um Direito para os cidadãos romanos e outro para os gentios: *ius gentium*. Na pena de morte, o cidadão romano era decapitado. E os escravos e estrangeiros eram crucificados. Foi este Direito Penal que vigorou durante a Idade Média e por muito tempo na era moderna. A pena caía sempre no corpo do condenado: açoites, torturas, pena de morte aplicada de diversas formas, com e sem tortura anterior. A **Inquisição** aplicava a pena de morte pela fogueira e tinha um rito processual todo típico para casos de heresia e bruxaria. Tudo isso acontecia devido ao fato de o Direito Penal ser baseado na vingança ou na retribuição. Isto porque prevalecia o princípio do livre arbítrio: o indivíduo praticou determinado ato, o faz impelido por sua vontade livre e consciente, assumindo as consequências do ato praticado. Assim foi na primeira legislação judaica, a de Moisés. Prevalecia o "olho por olho, dente por dente", a lei de Talião.

De onde Beccaria teria extraído suas idéias de que o condenado deveria ter uma pena que lhe tirasse o bem maior, a liberdade, com a finalidade de reverter um comportamento irregular e pervertido?²²

Um dos filósofos iluministas que mais exerceram influência sobre Beccaria foi Kant, que também teve uma formação

²² Antônio Moniz Sodré de Aragão - As Três Escolas Penais, p. 29

protestante pietista, um departamento da Igreja Luterana que procura praticar o cristianismo em sua parte ética. Temos então que Kant e Beccaria extraíram suas idéias de algum lugar todo especial. Pode-se afirmar que foi nos ensinamentos dos profetas dos judeus a religião judaica após o exílio babilônico e com Jesus Cristo e os apóstolos. Aqui não predominava mais o "olho por olho, dente por dente", mas a misericórdia. Misericórdia, Meste Aurélio explica como: "Compaixão suscitada pela miséria alheia; indulgência, graça, perdão". Analisando-se o monoteísmo judaico observa-se que nele a piedade sempre existiu, mas manifestou-se como sistema nos profetas e em Jesus Cristo. Vale a pena lembrar da armadilha posta a Cristo: trouxeram-lhe uma mulher e disseram: "Esta mulher foi apanhada em flagrante de adultério. Moisés disse que mulheres neste caso deveriam ser apedrejadas. E tu o que dizes?" Se respondesse com: sim, apedrejem, estaria com Moisés, negando seu ensino. Se respondesse não, poderia ser acusado de heresia contra Moisés. E como ele conseguiu sair do ardil proposto? Simplesmente mandou que aquele que nunca tivesse pecado atirasse a primeira pedra. E passou a escrever na areia. Provavelmente os homens ali presentes pensavam que estivesse descrevendo suas proezas sexuais. Mesmo porque a lei de Moisés estipulava que o apedrejamento seria só para as mulheres adúlteras. Qual não foi a surpresa de Cristo quando viu que todos tinham se retirado com a consciência pesada. E aí veio seu ensino: "Mulher, alguém te condenou?". Ela: "Ninguém, senhor". E ele: "Nem eu te condeno: vai e não peques mais".

Então, a Etica Juridica teve origem no monoteísmo judaico após a diáspora babilônica. E progressivamente foi se introduzindo no Direito, não só no Direito Penal, mas também dando origem ao Direito do Trabalho e ao Direito Civil. Merece, assim, uma análise crítica do que seja Etica e sua finalidade. Adolfo Sanchez Vasquez, em sua excelente obra: "Etica" assim ensina: ... "A Etica é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano"²³. Vemos, assim, que a Etica tem um caráter científico. Ocupa-se a Etica do setor da realidade humana a que chamamos de moral, constituído por um tipo peculiar de fatos ou atos humanos. Como ciência, a Etica parte de certos fatos visando descobrir-lhes os princípios gerais.

Quanto às origens, a Moral - só pode surgir - e efetivamente surge - quando o homem supera a sua natureza puramente natural, instintiva, e possui já uma natureza social, isto é, quando já é membro de uma coletividade (gens, várias famílias aparentadas entre si, ou tribo constituída por várias gens). Como regulamentação do comportamento dos indivíduos entre e destes com a comunidade, a Moral exige necessariamente não só que o homem esteja em relação com os demais, mas também certa consciência - por limitada ou imprecisa que seja - desta relação para que se possa comportar de acordo com as normas ou prescrições que o go-

²³ Adolfo Sanchez Vasquez - Etica, p. 16

vernam.²⁴ Vemos, assim, que a Moral surge junto com as institui-
ções. E as instituições, surgindo baseadas na Religião, podemos
concluir que a Religião Romana produziu instituições, mas as
idéias morais que foram produzidas não serviram para o Direito,
havendo necessidade de buscá-las noutro meio. E este outro meio
foi o monoteísmo hebraico da era pós-exílio babilônico, meio mi-
lênio antes de Cristo, e as idéias principais do Cristianismo.

²⁴ Adolfo Sanchez Vasquez - *Ética*, p. 27.

A ESSENCIA DA MORAL

Considerando-se que a Etica estuda a Moral, há necessidade de se entender o que seja Moral²⁵. Observe-se que a moral, ao contrário do que se pensa, é somente um código de conduta individual, de foro íntimo, a que o indivíduo obedece, ou não, de acordo com a necessidade ou sua índole, é um conjunto de normas costumeiras que a sociedade, por consenso, adotou e transmite através da educação para a posteridade. Começa-se assim, a compreender o porquê da degradação moral da sociedade: ela não consegue mais transmitir as normas de comportamento aceitas livremente, regulando o comportamento individual e social, às novas gerações devido à influência do sistema de ensino geral e consequentemente o ensino do Direito. Observe-se o que disse *Francisco Clementino de Santiago Dantas* na aula inaugural da Faculdade Nacional de Direito em 1955:²⁶ "Pela educação jurídica é que uma sociedade assegura o predomínio dos valores éticos perenes na conduta dos indivíduos e sobretudo dos órgãos do poder público. Pela educação jurídica é que a vida social consegue ordenar-se segundo uma hierarquia de valores, em que a posição suprema compete àqueles que dão à vida humana sentido e finalidade. Pela

²⁵ Segundo Vasquez: "A Moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens" (Etica, p. 18).

²⁶ Francisco Clementino de Santiago Dantas, in "Encontros na UNE", fls. 51.

educação jurídica é que se imprimem no comportamento social os hábitos, as reações espontâneas, os elementos coativos, que orientam as atividades de todos para as grandes aspirações comuns".

O CARATER SOCIAL DA MORAL

Ao contrário do que muitos pensam, a Moral tem, sim, um caráter social acentuado. Isto porque se manifesta somente na sociedade, respondendo às suas necessidades e cumprindo uma função determinada nela. Assim, quando há uma alteração profunda da estrutura social, há, também, como resultado, uma alteração nos fundamentos morais. Existem três aspectos fundamentais da qualidade social da Moral:

A) Cada indivíduo, comportando-se moralmente, se sujeita a determinados princípios, valores ou normas morais. Mas os indivíduos pertencem a uma época determinada e a uma determinada comunidade humana (tribo, classe, nação, sociedade em seu conjunto, etc.). Nesta comunidade vigoram, admitem-se ou consideram-se válidos certos princípios, normas ou valores e, ainda que se apresentem sob uma formulação geral ou abstrata (válidos para todos os tempos e para o homem em geral), trata-se de princípios e normas que valem segundo o tipo de relação social dominante. Ao indivíduo como tal não é dado inventar os princípios ou normas, nem modificá-las de acordo com uma exigência pessoal. Depara com o normativo como algo já estabelecido e aceito por determinado meio social, sem que tenha a possibilidade de criar novas normas segundo as quais poderia pautar a sua conduta prescindindo das estabelecidas, nem pode tampouco modificar as existentes.

Nesta sujeição do indivíduo a normas estabelecidas pela comunidade se manifesta claramente o caráter social da Moral.

B) O comportamento moral é tanto comportamento de indivíduos quanto de grupos sociais humanos, cujas ações têm um caráter coletivo, mas deliberado, livre e consciente. Contudo, mesmo quando se trata da conduta de um indivíduo, não estamos diante de uma conduta rigorosamente individual que afete somente o interessado exclusivamente e ele. Trata-se de uma conduta que tem conseqüências, de uma ou de outra maneira para os demais e que, por esta razão, é objeto de sua aprovação ou reprovação. Não é o comportamento de um indivíduo isolado; em rigor, de um *Robinson* não se poderia dizer que age moralmente, porque os seus atos não se referem a ninguém. Os atos individuais que não tem conseqüência alguma para os demais não podem ser objetos de uma qualificação moral; por exemplo, o permanecer sentado durante algum tempo numa praça pública. Mas, se perto de mim escorrega uma pessoa e cai no chão sem que eu me levante para ajudá-la, o ato de continuar sentado pode ser objeto de qualificação moral (negativa, neste caso), e porque afeta a outros ou, mais exatamente, à minha relação com outro indivíduo. A Moral possui um caráter social enquanto regula o comportamento individual cujos resultados e conseqüências afetam os outros. Portanto, os atos que são estritamente pessoais por seus resultados e efeitos não são de sua competência.

C) As idéias, normas e relações sociais nascem e se desenvolvem em correspondência com uma necessidade social. A sua necessidade e a respectiva função social explicam que nenhuma das sociedades humanas conhecidas, até agora, desde as mais primitivas, tenha podido prescindir desta forma de comportamento. A função social da Moral consiste na regulamentação das relações entre os homens (entre os indivíduos e entre o indivíduo e a comunidade) para contribuir assim no sentido de manter e garantir uma determinada ordem social. É certo que esta função também se cumpre por outras vias mais diretas e imediatas e até com resultados mais concretos como, por exemplo, pela via do Direito. Graças ao Direito, cujas normas, para assegurar o seu cumprimento, contam com o dispositivo coercitivo do Estado, consegue-se que os indivíduos aceitem também íntima e livremente, por convicção pessoal, os fins, princípios e valores e interesses dominantes numa determinada sociedade. Desta maneira, sem recorrer à força ou à imposição coercitiva mais do que quando é necessário, pretende-se que os indivíduos aceitem livre e conscientemente a ordem social estabelecida. Tal é a função social que a Moral deve cumprir.

MORAL E DIREITO

Existem diversas formas de comportamento humano. Um dos mais importantes e necessários é o jurídico ou legal (direito). Isto porque Moral e Direito têm em comum uma série de características essenciais e, ao mesmo tempo, diferenciam-se por outros traços específicos. Em primeiro lugar, vejamos os elementos comuns a ambas as formas de comportamento:

1) A Moral e o Direito disciplinam o relacionamento dos homens entre si por meio de normas; exigem, assim, conduta obrigatória e devida.

2) As normas jurídicas e morais, ambas, têm força de imperativos. Ordenam que os indivíduos comportem-se de determinada maneira. São, portanto, diferentes das normas técnicas que regulam os homens com os meios de produção no processo técnico, que não possuem formas de mandamentos não impositivos.

3) Uma mesma necessidade social é respondida por ambos: o Direito e a Moral: disciplinar as relações dos homens com o objetivo de manter a coesão social.

4) A Moral e o Direito sofrem transformações quando da alteração histórica do conteúdo de sua formação social. Daí o caráter histórico das formas de comportamento humano.

EXISTE, ASSIM, DIFERENÇA ENTRE DIREITO E MORAL:

- Os preceitos morais têm seu cumprimento pela convicção íntima a tais normas. Já as normas jurídicas não pedem convicção íntima ou adesão interna.

- Há a diferença entre coesão moral e coesão jurídica. No Direito é externa, e interna na Moral.

- No que se refere à esfera de atuação, a esfera da Moral é mais ampla que a do Direito. A norma moral atinge o comportamento político, artístico, econômico, científico. Já o Direito regula as relações vitais entre o Estado, a Sociedade e o Indivíduo.

"Uma vez que a Moral cumpre - como já assinalamos - uma função social vital, manifesta-se historicamente desde que o homem existe como ser social e, portanto, anteriormente a certa forma específica de organização social (a sociedade dividida em classes) e à organização do Estado. Dado que a Moral não exige coação estatal, pode existir antes da organização do Estado. O Direito, ao contrário, por depender necessariamente de um dispositivo coercitivo do externo da natureza estatal, acha-se ligado ao aparecimento do Estado".²⁷ Assim, numa sociedade dividida em classes, existindo um só Estado a serviço da dominação, há um só

²⁷ Adolfo Sanchez Vasquez - *Ética*, p. 19.

Direito, mas há diversos conceitos morais, de acordo com a situação de cada um.

A dificuldade é conseguir uma Moral de consenso, superior aos interesses de cada ser ou de cada grupo.

Os campos do Direito e da Moral possuem caráter histórico, mas não só os campos, também a relação mútua entre eles é histórica.

OS PROBLEMAS DA MORAL SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Antes da época moderna surgida com a Revolução Francesa, em todo o Ocidente a Igreja Católica detinha praticamente um monopólio do estabelecimento da moralidade social. Naquele tempo, a Igreja tinha poder sobre a vida social, como o casamento, a administração dos cemitérios, a legitimação da autoridade, etc. Mas houve uma lenta transição com o surgimento do protestantismo. Na vertente mais radical desta religião, o calvinismo, começou a haver separação entre a Moral e a Religião, provocada pela predestinação e pelo individualismo. E o racionalismo provocado pela Revolução Francesa teve sua marcha pelo mundo da cultura. Parecia que a Religião tinha perdido sua cátedra. Mas, na medida em que os efeitos da revolução burguesa foram se tornando claros, pois o excessivo individualismo, como a idéia de que a Moral é função unicamente individual, gerou a questão social, pouco antes do meado do século XIX. Houve necessidade de nova intervenção da Igreja, pois entendeu-se que quando se fala em crise moral tem-se em vista, sobretudo, a crítica de certos aspectos da sociedade industrial, tornados absolutos e isolados no contexto, ora o "consumismo, ora a incapacidade de estruturar uma economia infensa a dificuldades, ora o saudosismo romântico de uma natureza idealizada, etc. Como no Brasil não logramos constituir uma sociedade industrial moderna, o discurso sobre a "crise" assume certo ar bufão. A civilização industrial moderna e contemporânea

caracteriza-se pela conquista do bem-estar material para a grande maioria da população, de que não há precedente histórico. A exemplo de outras civilizações, não se universalizou, achando-se uma expressão acabada, circunscrita às nações desenvolvidas do Ocidente e ao Japão. Tais nações lograram simultaneamente consolidar o sistema representativo e atribuir à ciência uma situação de grande prestígio social"²⁸ Isto porque a civilização industrial é resultado de NOVO MODELO MORAL, surgindo na época Moderna, EXALTANDO A RIQUEZA, em flagrante desafios aos ideais morais cultivados na Idade Média. Isto faz com que administradores, economistas e gestores da atividade econômica social enfatizem excessivamente o desenvolvimento econômico-financeiro. Afirmam que só há desenvolvimento social, quando há desenvolvimento econômico. Isto faz com que a crise atinja as instituições nas quais o ser humano exerce sua atividade básica: a família e o trabalho. Sim, a família é uma das grandes vítimas deste "vazio" ético: a teoria do lucro imediato a qualquer preço reduziu os salários de maneira tão avassaladora que se pode dizer que no Brasil não é praticada a mais valia do capitalismo, mas a mais valia absoluta do sistema escravocata. O salário mínimo que segundo a OIT deveria estar em no mínimo cem dólares está a um quarto disto, sendo um dos menores do mundo. Se sessenta por cento dos trabalhadores brasileiros estão na faixa do salário mínimo, é possível avaliar o efeito do arrocho salarial sobre a família e, principalmente, à infância, no desenvolvimento físico, cultural e social. A não regulamentação

²⁸ Antônio Palm - in "Revista Ciências Humanas", pag. 6/7.

ção do princípio constitucional da proteção contra a despedida imotivada ou sem justa causa, levou ao desemprego em massa, com milhões de desabrigados. E ESTA CONFIGURADA A CRISE BRASILEIRA.

A DECADENCIA DO OCIDENTE: O ABANDONO DO DIREITO NATURAL

Há muito os analistas de política internacional e os historiadores chegaram à conclusão de que a assim chamada Civilização Ocidental, aquela parte do mundo herdeira dos princípios gregos, romanos e judaicos, está em profunda crise. Os acontecimentos na ex-União Soviética só vieram confirmar a decadência do Ocidente, uma vez que a Rússia também foi profundamente influenciada por Roma, mas pela vertente oriental do romanismo: Constantinopla. Esta crise poderá levar a uma catástrofe parecida com aquela acontecida com o Império Romano do Ocidente em 476 d.C..

Se observarmos bem a situação atual do mundo, veremos que realmente a crise é violenta. Um terço da humanidade está em estado de miséria absoluta, tanto nos países do mundo sub-desenvolvido como em bolsões de miséria no "Primeiro Mundo". Em alguns países "pobres" há produção de alimentos, mas eles são exportados para a formação de divisas. E estes alimentos em seu destino servem para a produção de alimentos concentrados para animais. Existem países tão pobres que a população para sobreviver doa sangue duas vezes por mês, para que com o dinheiro possa comprar alimentos. Foi assim que o Haiti se tornou "ponte" para que o vírus HIV atravessasse o Oceano da África para os Estados

Unidos.²⁹ Agora os países industrializados estão numa de suas crises cíclicas de superprodução e baixa de vendas. O resultado são milhões de desempregados, rebelando-se contra a presença de trabalhadores estrangeiros, como é o caso da Alemanha. Depois da Primeira Guerra Mundial dizia-se que aquela teria sido a última das guerras. Que a Liga das Nações iria fazer a paz entre os povos. A Liga das Nações faliu por não ter o poder de impor sanções à Itália Fascista e ao Japão Imperial e veio a Segunda Guerra Mundial. Também foi dito que seria a última das guerras. E o que se vê de 1948 pra cá mesmo com a existência da Organização das Nações Unidas - ONU? Guerras, guerras e guerras, e a própria ONU tornou-se instrumento de países imperialistas. Na Somália um sem número de grupos militarizados estavam em luta há anos, combatendo com armas e munições as mais modernas. Como ninguém tinha condições de vencer, o governo praticamente deixou de existir, tornando-se mais um "grupo". Enquanto isso, o povo começou a morrer de fome, pondo em risco a própria existência da nacionalidade somália. Sob ordens da ONU tropas americanas desembarcaram para prestar "ajuda humanitária". Esta ajuda transformou-se em guerra entre tropas da ONU e grupos de bandidos somalis. E agora a Somália está parecida com o Vietnã em 1970. Na Iugoslávia, a luta na Bósnia tem atrás de si os serviços de espionagem das grandes potências interessadas em desagregar um grande país no centro sul europeu. Resultado: milhares de vítimas inocentes. Note-se: sér-

²⁹ Jornal Nacional (Rede Globo de Televisão).

vios, croatas e muçulmanos são eslavos. O que separa é a Religião: os muçulmanos são seguidores de Maomé, os croatas são católicos romanos e os sérvios são católicos ortodoxos. Na Irlanda do Norte, a luta do Ira pela independência do Ulster usa como instrumento a divergência religiosa, numa situação para um país como a Inglaterra civilizada, insustentável. Na Rússia a introdução do neo-liberalismo foi festejada como fim da guerra fria e o início de um novo mundo de paz. Resultado: a transição para a economia de mercado chegou a um impasse e o novo governo é formado por comunistas e por incrível que pareça: nacionalistas fascistóides. Estes já falam em intervir na Bósnia para proteger os sérvios em Sarajevo, palco do início da primeira guerra mundial. E o sonho acabou. O comunismo na Rússia morreu e o capitalismo não consegue nascer. Gramsci estava certo em sua afirmação. Note-se que não foi só o comunismo do tipo soviético que fracassou em sua função de promover o bem-estar social. Vê-se agora que o neo-liberalismo também faliu. E o povo trabalhador é a vítima com milhares de desempregados e o aumento geométrico da miserabilidade. Mas até nos Estados Unidos e na Inglaterra, com *Reagan*, *Busch*, *Tatcher* e *Major*, o neo-liberalismo agoniza na Grã-Bretanha e já morreu nos Estados Unidos com a vitória nas eleições da oposição democrata de *Bill Clinton*. Resultado: na Inglaterra há milhares de desempregados que nunca trabalharam: são moços que se formam e não achando emprego, vivem anos e anos do seguro social. Nos Estados Unidos a intranquilidade social se mostra através do aumento assustador do número de drogados, da criminalidade contra a vida,

apesar da existência da pena de morte em 36 dos 50 Estados. Já existem até grupos sociais que se isolam em revolta, como foi o caso dos fanáticos de uma seita religiosa, que foram atacados por forças policiais e morreram carbonizados.³⁰

No México dizia-se que a inflação tinha sido vencida, que a integração aos Estados Unidos e ao Canadá no *Nafta* começaria uma nova era de paz e prosperidade. Mas não foi isto que a prática demonstrou: houve a rebelião no Estado de Chiapas e imediatamente após a repressão o governo central resolveu negociar mudanças sociais. E porque reconheceu que o plano de recuperação e estabilização econômica e financeira exigiu um custo social elevado demais. No momento da crise lembraram-se que o grande objetivo da ciência política é criar o bem-estar coletivo.

Na Argentina e na Venezuela a situação foi em muitos aspectos idêntica. Na Argentina o regime militar criou artificialmente a crise para preparar o ambiente para o neo-liberalismo; a inflação tornou-se galopante. Mas durante o período de inflação ainda a passo, a indústria argentina foi sucateada, atendendo ao estabelecido na divisão internacional do trabalho entre os países: e de que a Argentina fosse uma nação agrícola-exportadora. A democracia voltou, mas a crise foi tão grande que o governo de *Raul Alfonsín* teve que ser abreviado e para conse-

³⁰ Noticiário "Jornal Nacional" - Rede Globo de Televisão.

guir de alguma maneira superar o impasse, dolarizou-se a economia. Resultado: como no México, houve revolta no Estado mais pobre: os funcionários públicos, com os salários atrasados há três meses invadiram o palácio do governo estadual e diversas casas de secretários e realizaram um "saque preventivo contra a fome". Na Venezuela houve protesto militar com centenas de mortes, a crise culminou com o *impeachment* do presidente *Andrés Perez*. Observe-se que a Venezuela não tinha problemas para eclosão da crise, pois é uma das maiores detentoras mundiais de jazidas de petróleo. E por que a crise? política neo-liberal, justamente com a maior riqueza do país, o petróleo. A Colômbia como segundo maior produtor de café aparentemente não teria motivos para ter problemas de países sub-desenvolvidos. No entanto, tem a maior fonte de divisas, ainda que clandestina, no tráfico de drogas. Dois imensos cartéis importam a folha da coca, fazem o refino e vendem a cocaína pura a peso de ouro. Já há trinta anos as guerrilhas espalham o terror num país que não é pobre. Sim, mas o povo em geral é miserável. Então, o que aconteceu e acontece? Desde os tempos do colonialismo espanhol as terras de cultivo são de propriedade de, no máximo, quinze famílias. O restante da população é de peões vivendo ao nível de simples sobrevivência, a mínima possível. A política do puro liberalismo imposto pelos colonizadores espanhóis, com a concentração quase completa da terra na aristocracia rural, com a espoliação dos índios, que tinham a terra de plantio como bem coletivo, levou o que era conhecido como *Grã-Colômbia*, à situação em que se encontra hoje em dia. Praticamente em estado de guerra

social. No Peru a situação é praticamente a mesma. Com o mesmo *background* de concentração fundiária e exploração e marginalização completa dos índios *aíamarás*, *nascas* e *quitchuas*, que formavam o grande império inca. No Peru pensam em resolver a situação caótica criada com o capitalismo agrícola, selvagem e despótico, mediante uma ditadura neo-liberal sob o comando de uma ditadura de caráter fascista-populista sob a batuta do Poder Executivo. Com isto desmentiram o que antes afirmavam: a crença no Estado no estado de Direito para a solução dos problemas. No Chile a situação atual com as reformas praticadas ainda durante o regime militar, é apregoada como boa e exemplar para os outros países. Esconde-se, porém, o preço social pago pelo povo chileno com a estabilização financeira. As grandes cidades chilenas como Santiago e Valparaíso passaram a abrigar em suas periferias favelões repletos de miséria e abandono. Será que neste país a política neo-liberal foi benéfica para o bem-estar geral?

Mas vejamos o velho continente africano, que é considerado o berço da humanidade: desde 1975 a luta anti-colonialista tem levado quase todos os países à independência. O único país ainda não independente é o antigo Saara Espanhol, que foi ocupado militarmente pelo Marrocos. Mas, pergunta-se: houve, desde a independência uma política desenvolvimentista nestes países? Basta observar os países africanos que foram colônias portuguesas para ver que não. Pelo contrário: Angola e Moçambique, desde a independência, em 1975, estão às voltas com movimentos guerri-

lheiros financiados pela Inglaterra e Estados Unidos (via Otan), com o objetivo de desestabilizar os governos legalmente constituídos e poder apoderar-se das imensas riquezas destes países, em petróleo, ouro, diamantes e madeiras nobres.³¹ Com Angola parece que a estratégia está funcionando. Desde a independência, praticamente todos os impostos arrecadados vão para a manutenção do exército em luta. Será que só os dólares que são gastos com o financiamento dos movimentos rebeldes, pelos antigos países colonizadores, fossem aplicados em melhoramento agrícola e implantação de indústrias, não traria melhores resultados? Sim, sabe-se que é isto mesmo. Mas, como o alvo a alcançar é outro: continuar o fluxo de matérias-primas a preços vis para as metrópoles, implanta-se uma política neo-liberal, desmentindo todos os princípios mais elementares de autodeterminação dos povos, da prática do Direito Internacional, da Ética, da Religião, tornando para estes povos a democracia, o cristianismo e o Direito-ciência imensas mistificações.

E é justamente por causa desta situação que grandes personalidades, benfeitoras da humanidade como Tolstoi e Gandi mantiveram-se afastados do cristianismo oficial.

Deve-se entender que a humanidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mesmo sob o disfarce da "guerra fria" e

³¹ Cadernos do Terceiro Mundo - ano VII, p. 68/71.

agora sob a desculpa do fim do assim denominado "Segundo Mundo": os países que formavam a comunidade do sistema socialista soviético, a realidade é que desde 1945 foi dois processos históricos entrosados entre si, um sucedendo o outro: foi o período da descolonização e o conseqüente surgimento do neocolonialismo, ou *nova ordem mundial* nas palavras do ex-presidente Busch. Depois do fim da última grande guerra, os países colonizadores e seus associados, observaram que não seria mais possível manter as colônias, da mesma maneira como o vinham fazendo depois da conquista, logo após o término da Revolução Industrial, por volta de 1830. Havia uma nova situação que apresentava dois ângulos: um em que as colônias estavam organizadas para a independência, sendo que algumas alcançaram seu objetivo especificamente. Outras por meio de guerra. O outro aspecto é que as duas superpotências de então, Estados Unidos e União Soviética, antes da Segunda Guerra Mundial, em conjunto prepararam-se para uma guerra mundial em que ambas as superpotências seriam beneficiadas, em detrimento das potências centrais, que se prepararam para guerras localizadas, seja na Europa (Alemanha, França, Inglaterra, Itália), ou na Ásia (Japão e China). E no acordo estratégico entre Estados Unidos e União Soviética existia a cláusula de que ambos os países iriam se empenhar na descolonização, até como uma meio de enfraquecer as potências centrais. A União Soviética tinha interesse em enfraquecer a Inglaterra, que nunca se conformou em ter perdido um território de exploração da Rússia Czarista com a Revolução de 1917. E os Estados Unidos tinham interesse em que fosse alterado

o fluxo de matérias-primas, favorecendo-os, ao mesmo tempo que o dólar se tornasse moeda de curso internacional. E o plano traçado foi alcançado: as colônias foram liberadas, atreladas economicamente às antigas metrópoles (vide caso da África Francófila). E no momento mais crucial, quando elas precisavam de apoio soviético para defesa de sua soberania, ameaçada por mercenários, a União Soviética desafiou a "persona" do comunismo, desintegrou-se, liberou a Alemanha Oriental para que se juntasse à Ocidental e deixou os países africanos à deriva, à mercê de mercenários do neocolonialismo, aliados a forças locais reacionárias, pagas pelas antigas metrópoles. Angola é um exemplo bem típico, perfeito, da tese: três grupos militares lutavam pela independência há vinte anos: uma de ideologia socialista, dirigido por um médico formado na União Soviética, outro ao sul, alimentado e municiado pelo serviço secreto americano e pela racista África do Sul; e o terceiro grupo ao Norte, dirigido por um preposto do ditador do Zaire, Mobutu, também sob inspiração e direção da CIA. Na luta pelo poder, houve interferência das superpotências. Houve ajuda maciça para Holden Roberto e Jonas Savimbi. Mas, por outro lado, houve interferência direta da União Soviética, por meio de soldados cubanos. E o grupo pró-soviético venceu, mas desde 1975 vem sendo acossado de perto pelos mercenários e grupos armados pela CIA. Após a queda da União Soviética, as tropas cubanas retiraram-se e a ajuda econômica e financeira também cessou. Mas os grupos da Unita de Jonas Savimbi continuaram a lutar até que houve acordo de paz em que o governo central de Angola se subme-

teu às pressões "ocidentais". E o petróleo, o ferro, o ouro e os diamantes continuam nas mãos de quem sempre estiveram: os países colonizadores, agora transformados em neocolonizadores.

E, assim, a humanidade está subjugada por relações de força, atrelada a poderosos grupos multinacionais, repetindo-se em escala planetária a escravidão, somente que de maneira bem mais sutil. Agora não são mais usadas armas para o neocolonialismo, pelo menos não de maneira tão aberta e ostensiva. Agora as armas são outras: o sistema financeiro controlado pelo Fundo Monetário Internacional, os sistemas de publicidade e cultura, habilmente manobrados, a tecnologia e os sistemas de governo e consequentemente o Direito.

Interessa a este trabalho o último dos pontos mencionados, o Direito. Como se sabe, a base ideológica do Direito Moderno, posterior à Revolução Francesa, é um Direito que procura legitimar o domínio da classe burguesa, tornada hegemônica após a Grande Revolução de 1789. Vejamos, entretanto, se este Direito realmente existe e é aplicado. Ele apresenta características bem próprias: sistema contratualista, livre mercado e livre concorrência na Economia, defesa dos direitos individuais, a igualdade de todos perante a lei, uma vez que esta é a expressão da vontade popular; se todos são iguais perante a lei, deve prevalecer a justiça distributiva com reflexos no Direito do Trabalho, onde não mais deve vigorar a mais valia absoluta, mas relativa.

Examinando-se o Direito Civil e seus derivados, o Direito Comercial e o do Trabalho, nota-se que o teor da legislação é realmente de caráter liberal-burguês na ideologia e capitalista na Economia. Entretanto, este Direito positivo existe na teoria, mas está ausente na atividade legislativa e executiva e nas lides forenses. Através da interpretação sofismada e falaciosa, de jurisprudência com força legal imposta, de legislação dominada por lobbies, criou-se um grande simulacro de atividade administrativa, legislativa e judiciária que favorece poderosíssimos grupos monopolistas oligárquicos. Desta maneira no Direito do Trabalho os dispositivos constitucionais, as resoluções da Organização Internacional do Trabalho, a doutrina formulada por juristas que honram o Direito brasileiro, tornaram-se letra morta. No Direito Civil, a defasagem entre o que foi legislado em 1917 e a realidade atual é de tal monta que a situação fundiária no Brasil não poderia ser mais caótica. Discute-se legalização e descriminalização do aborto, esquecendo-se que o mais importante será regulamentar o Código Civil onde este declara que a lei protegerá desde a concepção os direitos do nascituro. O Direito Administrativo a balbúrdia é total. Nenhum deputado está mais imune de suspeita de corrupção; as concorrências públicas regulamentadas por lei defasada não inspiram mais confiança. No Direito Civil, a questão fundiária, tal como foi elaborado o Código Civil, em 1917, atende aos princípios da propriedade particular da terra agrícola produtiva, protegendo a grande propriedade, quando ordena o esbulho possessório de terras com proprietário detentor de

justo título, leva o magistrado a conceder liminar para reintegração imediata da posse. Mas, note-se: já naquele tempo, para a concessão de liminar deveria no pedido estar claramente provado o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Naqueles idos de 1917 para a propriedade rural só existia um perigo: os grileiros, bandidos que se apoderavam da terra e uma vez adquirida a posse e depois de ano e dia não podiam mais ser desalojados, sem mais nem menos. Adquirida a propriedade, vendiam-na e partiam para outra ocupação e venda. Acontece que hoje em dia as condições sócio-econômicas modificaram-se profundamente. Existem grandes contingentes de agricultores à procura de terras, uma vez que foram expulsos das terras arrendadas, ou devido à nova lei do trabalho agrícola tornaram-se "bóias-frias". Além disto a Constituição de 1988 estabeleceu que as terras improdutivas podem ser desapropriadas para a reforma agrária. Igualmente, hoje em dia existe um novo princípio para a propriedade: "Sobre toda a propriedade particular pesa a hipoteca do social". E então, o que acontece, quando terras improdutivas já em processo de desapropriação para reformar agrárias são invadidas por "colonos sem terra", com a intenção de produzir na terra abandonada para plantio? Também há reintegração imediata da posse, *manu militari*. E o que é pior: alguns dias de desalojados, os agricultores voltam para a desapropriação finalmente foi assinada pelo presidente. Em alguns casos depois de algumas mortes. Isto sucede em muitos casos até diferentes. No Direito do Trabalho ensina-se que há igualdade nos agentes econômicos - capital e trabalho, e que o salário não pode ser diminuído,

nem direta, nem indiretamente. Então, para que houvesse lei complementar para o artigo 7º inciso 6º da Constituição promulgou-se a lei estipulando que as perdas salariais decorrentes da inflação seriam negociadas uma vez por ano em data base. E que no transcorrer do período, as empresas dariam adiantamento de reposição, conforme suas possibilidades. Isto fere frontalmente o princípio da irredutibilidade, pois desta maneira o empregado está continuamente com seu poder aquisitivo diminuído. O pior vem depois, quando na negociação, não havendo acordo, os sindicatos dos empregados partem para o dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho. Evidentemente têm ganho de causa. Mas os sindicatos dos empregadores podem recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, com efeito suspensivo. E já aconteceu que a decisão do TST veio quando já estava em tempo de nova negociação, pois já tinha transcorrido um ano.

No plano internacional acontece exatamente a mesma coisa. Pode ser exemplificada a situação com o que aconteceu na Conferência de Haia em 1907 quando Rui Barbosa defendeu a autodeterminação dos povos, demonstrando que um país minúsculo têm os mesmos direitos que uma potência com colônias e exércitos espalhados pelo mundo inteiro. Mais recentemente os Estados Unidos que sempre defendem a autodeterminação dos povos e os direitos humanos deram apoio incondicional à Inglaterra na questão das Ilhas Malvinas, em flagrante desrespeito ao Tratado do Rio de Janeiro e à Organização dos Estados Americanos. Vocifera-se contra

as ditaduras e tiranias, mas há países situados em pontos estratégicos que são governados por ditaduras militares sangüinárias sustentadas pelos poderosos serviços secretos. E o caso da Tailândia e da Indonésia.

Mas a maior negação dos princípios do liberalismo, baseado ideologicamente na religião cristã aconteceu no fim da Segunda Guerra Mundial. As Forças Armadas Japonesas já estavam derrotadas, já havia início de negociações de paz na Suíça. Assim, para forçar uma rendição imediata, mantendo o império nipônico no âmbito das forças econômicas anglo-saxônicas, foram jogadas duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, com cento e oitenta mil mortes imediatas entre civis. E note-se: em Hiroshima e Nagasaki não existiam militares. Somente civis foram queimados vivos. Tudo para que a Terra do Sol Nascente daí em diante gravitasse ao redor do sol anglo-saxônico, depois de ter sido apagado o sol nascente. Para quê maior demonstração de negação dos princípios básicos do liberalismo, dos direitos humanos e da auto-determinação dos povos?

Outro ponto que merece atenção foi a organização financeira mundial após a segunda guerra mundial. Na "Carta do Atlântico" assinada por *Churchill* e *Roosevelt* a bordo de um navio, durante a guerra, entre outros pontos, foi estabelecido que após o conflito o dólar seria a moeda de curso internacional e que seria criado um Fundo Monetário Internacional, nos moldes do preco-

nizado por *John Maynard Keynes*, grande economista inglês. Terminado o conflito, houve a reunião de *Bretton Woods* com o objetivo de criação do FMI. Quando viu os planos americanos, Keynes, o agora representante inglês declarou: "Este não é o Fundo Monetário Internacional que planejei".³² E retirou-se, pedindo demissão. O que Keynes observou? Que o FMI deixaria de ser uma "caixa de socorro" para economias em crise para ser instrumento de controle econômico-financeiro para a área do dólar. Note-se que havia a área do rublo, monitorada pelo Comecon, o FMI do extinto pacto de Varsóvia. Agora, com o fim do Comecon, a área do dólar tornou-se universal, concretizando-se definitivamente os planos de Bretton Woods, que enxotaram Keynes. E todos os países que aceitam a monitoração do FMI em sua Economia submetem-se a uma política neo-liberal, tendo por objetivo estabilizar as finanças do país às custas de tremenda miséria social. As diretrizes do FMI estabelecem metas de arrocho de aposentadorias, pensões, de assistência de saúde, restrição de verbas para educação, aumento de impostos agregados ao preço do produto, fazendo com que a esmagadora maioria dos impostos seja paga pelo consumidor final. Ao mesmo tempo os países que aceitam a monitoração do FMI devem curvar-se a organizações paralelas que promovem o controle da natalidade esterilizando milhares de mulheres em idade fértil, como está acontecendo no Nordeste brasileiro. Será que os dólares gastos com a esterilização e propinas para os médicos, não trariam melhores resultados se gastos com alimentação e empregos os re-

³² Adroaldo Moura da Silva - in "Os Economistas", p. 22.

sultados para a sociedade não seriam muito melhores? E mais: mutilar uma pessoa não é crime? Mais uma vez nega-se até os princípios da religião cristã. Como ilustração vale declarar em público o que certa autoridade afirmou em segredo, como se diz em inglês "in off": "Sem controle da natalidade não há desenvolvimento econômico". Esqueceu-se ou propositadamente escondeu que a afirmação contradiz até os mínimos princípios da Economia Política, da Religião. O certo seria ter afirmado: "O desenvolvimento econômico e financeiro é consequência do desenvolvimento social".

A desobediência aos princípios da religião, do liberalismo, do direito, da justiça não formal, mas principalmente da religião, é antiga. Veja-se o que aconteceu antes da Segunda Guerra Mundial. O Papa Pio XI editou uma encíclica especialmente dirigida à Alemanha, alertando para os perigos do ódio nacionalista doentio, eivado de fanatismo. O título da encíclica era bem ilustrativo: "*Mit Brennender Sorge*": "Com ardente preocupação". Foi lida em todas as Igrejas da Alemanha e enviada especialmente aos membros superiores do governo, entre eles Hitler, que era católico. A ardente preocupação mereceu ouvidos moucos e o resultado foi duplo. Quando Pio XI estava escrevendo outra encíclica desta vez abordando o fascismo, "faleceu" repentinamente. A segunda consequência foi a Segunda Guerra Mundial, com milhões de mortos e destruição inacreditável.

Tudo isto acontece porque forças poderosas no plano

econômico e financeiro internacional têm na religião apenas mais um instrumento de domínio sobre os povos escravizados e a praticam como bela formalidade vazia de sentido. A prova do que se afirma são as repetidas advertências do Papa a respeito da sociedade de consumo, hedonista, perdulária e cruel. A indignação do Papa João Paulo II foi tão intensa há alguns meses que declarou que o comunismo tinha muito a aprender com ele.³³

³³ "Jornal Nacional" - Rede Globo de Televisão.

Capítulo IV

DIREITO, ÉTICA E RELIGIÃO - Considerações Gerais

A Ética Como Formadora de Instituições

Sumário:

A Sociedade a Atingir

**Metodologia Eficiente Para
A Consecução do Objetivo**

A ETICA COMO FORMADORA DE INSTITUIÇÕES,

A SOLUÇÃO DA CRISE BRASILEIRA

A título da ilustração introdutória, convém mencionar o que afirmou *Maurice Merleau Ponty* a respeito de instituições: "Hoje sabemos que a igualdade formal dos direitos e a liberdade política mascaram relações de força ao invés de suprimi-las. E assim, o problema político consiste em instituir estruturas sociais e relações reais entre os homens, tais que a liberdade, a igualdade e o direito sejam efetivos. A fraqueza do pensamento democrático reside no fato de ser menos uma política e mais uma moral, visto que não coloca qualquer problema de estrutura social e considera as condições do exercício da liberdade como dadas com a humanidade".³⁴

"Liberdade, igualdade, fraternidade" era o lema da Revolução Francesa. Será que os resultados da grande revolução convencem-nos de que este lema foi posto em prática? Infelizmente, não. O mesmo Merleau-Ponty disse que as revoluções são verdadeiras como movimentos e falsas como regimes. Sim, o mesmo aconteceu no Brasil. O Príncipe proclamou a independência em sete de setembro de 1822. Compôs o hino da independência que começava com

³⁴ Maurice Merleau Ponty, in "Os Pensadores", p. 6.

"Já podeis da Pátria ó filhos, ver contente a mãe gentil: já raiou a liberdade no horizonte do Brasil". Raiou mesmo a liberdade para todos? Não, pois a maioria da população era constituída de escravos, que eram registrados nas fazendas como "semoventes" e como tal eram proibidos do uso de calçados, para que ficasse claro para todos que os vissem que eram considerados animais.

Então, o que aconteceu com a Revolução Francesa que repercutiu no mundo e também no Brasil? O desvirtuamento dos princípios originais. A revolução foi boa como movimento e falsa como regime. No *Ancien Regime* existiam os "Três Estados": Nobreza, Clero e Povo. Eram três classes estanques no que se referia à situação econômica, verdadeiras castas. Mas o domínio, o exercício do Poder era privilégio exclusivo da nobreza. Exercia o Poder hegemônico ideológico. Aconteceu que no seio do Povo também existiam divisões por "poder aquisitivo": comerciantes enriquecidos, industriais, banqueiros, operários. Mas esta terceira classe oprimida com toda a carga tributária e supridora das riquezas do clero e da nobreza sentiu que lhe faltava poder político para impor-se aos seus opressores. E houve a revolução. Em curto espaço de tempo após 1789 diversas constituições foram promulgadas, de acordo com a hegemonia política de cada grupo no comando daquele momento. A Revolução radicalizou-se com os jacobinos no poder, levando à fase do terror. Diante da situação houve uma sedimentação de extratos sociais diante da nova conjuntura, já que a nobreza e o clero tinham desaparecido, ou no exílio ou na guilhoti-

na. O terror da última fase dos jacobinos no poder foi tão violento que os girondinos, agora a burguesia organizada em classe dominante tomou o poder e no 18 de brumário colocou no poder um "salvador da pátria", Napoleão, no propósito de salvar sua situação diante da crise de vazio de poder. O corso dominou a situação, venceu inúmeras guerras e estabilizou a situação. Quando a nova classe dominante viu que seu domínio estava salvo, tratou de afastar o agora incômodo salvador da pátria com a ajuda da Inglaterra e da Alemanha (note-se que em Waterloo não foi derrotado pelos ingleses, mas pelo prussiano General *Blucher*). Com Napoleão em Santa Helena foi organizado o Congresso de Viena, realizado em 1815. Reorganizou o mapa europeu, recolocou os *Bourbons* no poder na França, agora sob regime constitucional. E a alta burguesia, agora organizada internacionalmente tratou de expandir os seus interesses pelo mundo afora, dando origem a nova forma de colonialismo, agora imperialista. Se a colonização do século XVI foi comercial e colonizador no sentido de ocupação de territórios por imigração, este agora, pós revolução industrial agiu de outra forma: ocupou países independentes, militarmente, com a finalidade de extrair e transportar para a metrópole matérias-primas básicas imprescindíveis para as novas indústrias. Foi o caso da Argélia, da Tunísia, do Vietnã, do Laos, do Camboja, ocupados pela França; Índia, Arábia Saudita, Iraque, Iêmem, Egito, África do Sul, Sudão, ocupados pela Inglaterra, só para citar exemplos. Outros países que não ofereciam condições ou possibilidades de ocupação serviram como pontos de colocação de mercadorias fabricadas

em grande quantidade pelas novas máquinas. Foi o caso da maioria dos países da América Latina. E por que isto aconteceu? A nova classe dominante internacional passou a usar o Direito da força ao invés da força do Direito. No início do século XX os Estados Unidos tinham o costume de vez ou outra mandar os fuzileiros navais invadirem algum país "*banana republic*" da América Central sob o pretexto de "reinstalar a ordem". Jornalistas perguntaram a *Teodor Roosevelt* se não seria melhor dialogar. Ao que ele respondeu que sim, era melhor dialogar, mas sempre com o *big stick* (porretão) atrás das costas. E o que *Merleau Ponty* denominou relações de força mascaradas através dos belos discursos. Sim, porque a classe dominante deixou de ser dominante no sentido de liderança construtiva e benéfica para tornar-se "rapinante". Passaram a praticar outro Direito, diferente daquele inscrito nas leis e códigos. E a situação da "classe inferior" na França e no mundo continuou a ser a mesma dos tempos do velho regime e em alguns casos, pior.

E o Brasil evidentemente foi afetado profundamente por esta situação. A constituição "liberal" de 1824 só era liberal nas intenções, pois se o hino da independência falava em liberdade, a maioria da população não tinha os mínimos direitos sociais. Um escravo não sendo considerado pessoa, não podia nestas condições prestar depoimento em juízo. Mas se era interesse de seu "senhor" que comparecesse em juízo, o patrão comparecia com ele diante do juiz, levando carta de alforria, que entregava no

início da sessão ao magistrado. Sendo homem livre podia prestar depoimento como testemunha. Finda a instrução, o juiz devolvia a carta ao patrão, que a rasgava e levava de volta o seu escravo. E, com todo respeito e consideração pela excelsa figura, mas *Teixeira de Freitas* em certa ocasião escreveu defendendo o sistema escravocata.³⁵ E que a classe dominante brasileira, a aristocracia, formava oligarquias. E todos sabem que monopólios, oligopólios, cartéis, trustes, são negação do sistema capitalista. O que aconteceu no Brasil é que as instituições sociais e políticas foram criadas e sustentadas desde o início tecnicamente, não sendo resultado da evolução orgânica espontânea, como em Roma. E foram criadas com sentido teleológico: a formação do domínio oligárquico negativo dos princípios originais que levaram à Revolução Francesa e às insurreições burguesas e geral. E qual a ciência e qual o profissional que serviu a este desiderato?... O Direito e o bacharel em Direito. Desde a Colônia, passando pelo Império, sempre foi o bacharel o agente de domínio. De alguns quarenta anos para cá foi encontrado novo tipo de profissional não tão aferrado à Ética: o bacharel na área econômica. E o bacharel em Direito foi "proletarizado": permitiu-se a proliferação de cursos jurídicos, formando não mais juristas, mas técnicos em Direito, com a resultante natural da influência dos profissionais do Direito na formação das instituições. Com o esvaziamento ético das instituições e a legitimação forçada de inúmeras leis, o verdadeiro Direito perdeu sua capacidade de influência na condução do processo de criação legislativa. Pode-se citar um exemplo: no

³⁵ *Silvio Meira - Teixeira de Freitas - Jurisconsulto do Império*, p. 80

início do governo Collor todo o programa de estabilização explicitado juridicamente através de medidas provisórias, aprovadas ao amparo da Constituição, usando-se a *legitimação pelo procedimento* muito bem descrito por Niklas Luhman.³⁴ Temos assim um enorme acervo de leis contrárias à Constituição, mas aprovadas pelo Congresso. E como até hoje ninguém se importou em questionar em juízo mediante arguição de inconstitucionalidade, continuam em vigor produzindo todos os efeitos que se pede de uma lei legítima. A consequência foi, que, devido a esta situação, praticamente todas as leis complementares elaboradas colidem com a Carta Magna. A lei dos crimes hediondos colide com a Constituição levando a situação prisional a níveis catastróficos, devido à falta de legitimidade e eficácia das normas penais. O Código Penal de 1940 foi elaborado com parâmetro nas idéias de Rocco, o líder ideológico do fascismo italiano e promulgado por Decreto-Lei de Getúlio Vargas. E até hoje, mesmo com as diversas Constituições democráticas promulgadas, nenhum legislador ocupou-se das mazelas jurídicas no principal depositário jurídico penal brasileiro, o Código Penal, eivado de ilegitimidade e ineficácia, tanto congênita, como posterior. Com a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho é a mesma situação de caos: o Estatuto da Criança e do Adolescente está aí - ao invés de proteger a criança, à sombra dela o Brasil torna-se a "terra dos mata-meninos". Existe "lei dos crimes econômicos", mas nunca houve tanta evasão de divisas, tanto abuso do poder

³⁴ Niklas Luhman - *Legitimação pelo procedimento*, p. 17.

econômico, tanta malversação de fundos públicos. E a Constituição de 1988, está aí: em vigor mas as leis complementares, principalmente os direitos sociais ainda não foram elaboradas. Praticamente em todas as áreas o Direito Brasileiro é comparável a uma pessoa saudável e vigorosa, mas não tem o uso das duas pernas devido a um acidente, locomovendo-se em cadeira de rodas. No caso da sociedade brasileira, a ilegitimidade e a ineficácia vieram com o golpe da década de 60, e a alteração criminosa dos princípios constitucionais básicos da Constituição de 1946, a introdução e prática dos princípios do Ato Institucional nº 5, e depois com a redemocratização o sistema implantado em 1964, não morreu - sofreu uma metamorfose. O regime autoritário manteve a prática anterior sob a sombra de uma Constituição que é mantida no ar: não se deixa alcançar legitimidade e eficácia, para que o sistema anterior não morra. E para manter as aparências "mascaram" as relações de força, mediante discurso sofismático, criando e mantendo instituições que não permitem a liberdade, a igualdade e a justiça.

I) A sociedade a atingir:

Voltemos a Merleau Ponty³⁷: "O problema político consiste em instituir estruturas sociais e relações reais entre os homens tais que a liberdade, a igualdade e o direito tornem-se efetivos." Duas características básicas são apontadas: estruturas sociais e relações entre os homens. São estruturas sociais e econômicas brasileiras que estão viciadas há muito. Isto começou a acontecer, quando o Capitalismo surgiu em Portugal e na Espanha, sob forma corporativista, criando oligarquias e estamentos, que vieram junto com as caravelas do descobrimento. Aqui plantadas, cresceram e se implantaram, formando a base da estrutura social. O mesmo aconteceu em toda a América Latina, herdeira das riquezas e das mazelas da velha Ibéria. Pode-se agora compreender o subdesenvolvimento, a instabilidade política, o atraso cultural das que os americanos dominam *banana republics*.

Há necessidade de se atingir uma sociedade estruturada sob princípios realmente democráticos através da aplicação dos princípios da Ética Jurídica, que têm, como já foi afirmado, origem na Religião. E isto sob um conceito aplicado de Direito condizente com os objetivos a atingir: "Direito é a Ciência que estuda a lei, na sua criação, interpretação e aplicação, com o

³⁷ Maurice Merleau Ponty, in "Os Pensadores", p. 6.

objetivo de implantar e manter instituições que criem e mantenham o Bem Público."

Numa obra, o Dr. César Luiz Pasold deixou-nos lição inesquecível: "Acreditamos que não há sentido na criação do Estado senão na condição - inarredável - de instrumento em favor do Bem Comum ou Interesse Coletivo. Deve haver nesta criatura da Sociedade um compromisso com sua criadora, sob pena de perda de substância e de razão de ser do ato criativo. Tal compromisso se configura, concretamente, na dedicação do Estado à consecução do **bem comum ou interesse coletivo**. O Bem Comum não é a soma dos bens individuais ou dos desejos isolados."³⁸ Mais tarde citando *Oswaldo Ferreira de Mello*, Pasold coloca o que seja Bem Comum: "dos fatores propiciados pelo Estado com vistas ao bem-estar coletivo, formando o patrimônio social e configurando o objetivo máximo da nação."³⁹

Lamentavelmente, no Brasil o Bem Comum não tem sido alcançado devido aos seguintes fatores: a) injustiça na repartição social da riqueza devido à anárquica manipulação dos mercados; b) foram sacrificados os valores da competição sadia e estimulada a atividade nefasta dos monopólios; o funcionamento das instituições liberais fez surgir o fenômeno das crises cíclicas

³⁸ César Luiz Pasold - *Função Social do Estado Contemporâneo*, p. 22.

³⁹ *Ibidem*, p. 23.

(ciclos econômicos), tão bem estudados por *Charles Gide*⁴⁰. Isto devido ao abandono dos valores éticos até o sistema sócio-econômico burguês, explicitado tão bem pelo iluminismo, e no Direito estruturado por Kant na Crítica da Razão Pura.

II) A Metodologia eficiente para a consecução do objetivo:

Como já foi citado, "antes da época Moderna, em todo o Ocidente, incumbia diretamente à Igreja Católica o monopólio no estabelecimento da moralidade social."⁴¹ E qual o motivo que levou as Igrejas Cristãs a perderem seu lugar de liderança na transmissão do patrimônio ético? Pode-se afirmar que foi de a Igreja na Idade Média ter se degenerado ao fazer parte do sistema econômico feudal, sendo detentora de muita riqueza fundiária. Assim, quando da transição para o Capitalismo, quando os senhores feudais foram marginalizados, a Igreja também teve sua parte de sacrifício a cumprir, sendo em boa parte confiscada. Lembremo-nos do confisco de bens imposto pelo Marquês de Pombal aos jesuítas. E com isto a Igreja praticamente perdeu o rumo - perdeu o poder laico e demorou para novamente concentrar forças no plano religioso-ético. Da parte das ciências houve também o racionalismo, confundindo religião ética com filosofia e ciências empíricas.

⁴⁰ Charles Gide-Cursus de Economia Política, p.144

⁴¹ Antonio Paim, in "Ciências Humanas", p. 6.

Até a filosofia tornou-se cartesiana. Até que alguns filósofos como *Bergson* e *Bachelard* deram início a uma nova visão um pouco mais poética e artística, mesmo da vida científica. *Bachelard* afirmou que com a Era da Relatividade surgiu nova época em que o racionalismo bastante fechado devido aos conceitos de *Newton* e *Kant*, houve uma abertura.⁴² *Bergson* em sua *Introdução à Metafísica* falou que: "a intuição metafísica, embora só possamos chegar a ela pela força dos conhecimentos materiais, é coisa totalmente diferente de um resumo ou de uma síntese de conhecimento. A Metafísica nada tem em comum com uma generalização da experiência e, entretanto, ela se poderia definir como a experiência integral". Por aqui se depreende que a ciência e metafísica se encontram na intuição.⁴³

A Igreja ficou hibernando ideologicamente até o início da Revolução Industrial e a manifestação das nefastas consequências do individualismo absoluto, do idealismo abstrato, do liberalismo do *laissez faire*, *laissez passer*, com a violentíssima crise social, proveniente da crise de mudança das instituições. De 1820 em diante a questão social dos trabalhadores, que deveriam ter atingido a mais valia relativa, estavam em situação pior do que se estivessem sob o signo da mais valia absoluta da escravidão. O socialismo utópico de *Owen*, *Bakurin*, *Proudon*, com seus

⁴² Gaston Bachelard - in "Os Pensadores", p. 3/7.

⁴³ Henri Bergson - in "Os Pensadores", p. 13.

falanstérios e princípios abstratos distanciados da realidade, demonstraram na prática que não eram solução. Até que houve novo encontro da ciência com a Ética, através da Religião. A Encíclica *Rerum Novarum* foi o início desta abertura. Os governos, principalmente europeus passaram a entender que o problema social não era caso de polícia. A ciência atendeu prontamente ao chamado com o Socialismo Científico, reunindo a Economia Política Inglesa, a Filosofia Política Francesa e a Filosofia Alemã. Pode-se afirmar com tranquilidade que as idéias de Marx deram início à Sociologia e à História Econômica. Tudo isto fez com que o baluarte ideológico da sociedade ocidental fosse afetado. Principalmente passou-se a entender que a Economia, em seu inter-relacionamento social é que teria que ser a base de onde partiriam leis correspondentes, que passariam a formar um Direito cada vez mais social, ao invés de público ou privado. Estava sendo cumprida a equação fundamental formulada por Marx: o da superestrutura e da infra-estrutura. A infra-estrutura da sociedade formada pelas relações econômicas de produção sofreu transformação profunda, deixando de ser entre senhores feudais e servos da terra para ser entre a burguesia detentora dos bens de produção e o proletariado, em regime contratual em que o contrato de trabalho passou a ser negócio jurídico pelo qual os trabalhadores vendem sua força de trabalho aos donos do capital em troca de uma remuneração. Como consequência, a superestrutura foi modificada: as instituições da sociedade política e da sociedade civil, que unidas formam o Estado, passaram a apresentar também características capitalistas.

A ideologia passou a analisar a nova situação e através da *Rerum Novarum*, a Sociologia e o Direito também se posicionaram, elaborando as teorias correspondentes e as leis necessárias à criação de novas instituições. Surgiram: a OIT—Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, Sindicatos operários e patronais. As constituições passaram a acolher leis trabalhistas e sociais. E a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão transformaram radicalmente sua fisionomia social.

E o Brasil, acompanhou estas transformações?

Infelizmente, como sempre, chegou tarde. Como Portugal sempre proibiu a industrialização brasileira, só tendo início algo de moderno com a vinda de D. João VI, a industrialização e o capitalismo industrial chegaram atrasados e até hoje são incipientes. Até o início da Primeira Guerra Mundial o Brasil era país agrícola-exportador, recém saído da escravatura de 1888. Em 1889 proclamou-se a república, que foi instalada sem republicanos. Não existia infra-estrutura. Lentamente, por volta da virada do século, deu-se início a uma incipiente industrialização, intensificada com a substituição de importações durante a guerra. Mas, **NOTE-SE: não houve a passagem de toda a sociedade ao novo regime capitalista.** A Revolução de 1930 era para ser a revolução burguesa brasileira. E de fato foi, mas em parte. O poder político passou dos latifundiários para os burgueses (comerciantes,

banqueiros e industriais). Entretanto, como estes sentiram o chão faltar sob os pés, tiveram que achar alguém que fosse o líder do bonapartismo que ia ser instalado. Como em todas as revoluções burguesas, a partir da francesa, a burguesia usou o proletariado para tomar o poder, mas quando estava instalada no poder, afastou e esmagou o proletariado. O 18 de Brumário brasileiro foi o dia 10 de novembro de 1937, quando a legislação social criada com tanto esforço foi golpeada pela Carta Constitucional de 1937. Em 1943, instituiu-se a legislação trabalhista básica, a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, segundo o modelo da *Lettera delle Lavoro* da Itália fascista. Atrelou-se toda a estrutura sindical ao Ministério do Trabalho e para instalar um sistema verdadeiramente industrial de base, o Estado supriu a falta de capital e de interesse dos capitalistas brasileiros e criou a Petrobrás, a Cia. Siderúrgica Nacional, a Cia. Vale do Rio Doce e uma série de indústrias de apoio, criando uma indústria que figura entre as mais modernas do mundo. Diversas vezes tentou-se reverter a situação, uma vez que, agora, vencida a etapa de industrialização, mas não se conseguiu desestatizar a Economia. Agora está-se conseguindo privatizar boa parte das estatais, a duras penas estabilizando a Economia e as Finanças. Mas toda esta infra-estrutura tem uma superestrutura condizente? Pode-se afirmar que em hipótese alguma. Em 1988 foi promulgada a Constituição, com uma longa série de conquistas sociais e no plano de Trabalho, houve afastamento do atrelamento fascista e uma série enorme de dispositivos constitucionais modernos e progressistas. Entretanto, é estarre-

cedor observar que a imensa maioria das leis complementares à Constituição não foi nem elaborada, nem se cogita de fazê-lo. Muitos dispositivos constitucionais foram anulados ou pelo procedimento, ou por Jurisprudência falaciosa. Para citar exemplo convém lembrar o que foi feito com o artigo 114 da Constituição. Este artigo 114 estabelece a competência da Justiça do Trabalho, incluindo uma novidade: incluiu ao rol dos que têm direito à tutela jurídica trabalhista os funcionários públicos civis, principalmente para dissídio coletivo. Nada mais coerente, se observarmos que pela Carta Magna de 1988 eles podem criar sindicatos e fazer greve. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho julgaram que há divergência e exararam sentença dizendo que funcionários públicos civis não podem impetrar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Aí vem a dúvida: será na Justiça Federal? Como fazê-lo em cidades longínquas que não têm Vara Federal? Será na Justiça Civil, ou Comercial? Isto não foi declarado na sentença. INVIABILIZARAM ARTIGO DA CONSTITUIÇÃO POR MEIO DE JURISPRUDENCIA INTERPRETATIVA. Além disto, uma série muito grande de medidas provisórias, desde os tempos de Sarney até hoje, todas institucionais, foram aprovadas e estão em vigor, legitimadas pelo procedimento. RESULTADO:

Atualmente, o Brasil tem duas Constituições: a escrita, toda inviabilizada, servindo apenas para retórica mistificadora. A outra, a que está sendo praticada e que está em vigor é aquele grande con-

junto de leis, decretos, medidas provisórias, omissões criminosas que em seu conjunto formam uma Constituição costumeira, como a inglesa.

Observe-se que a História tem precedente: a Alemanha Nazista foi implantada sob a égide da Constituição democrática de Weimar, de 1922. Mas, durante todo o regime nazista de 1933 a 1945, apesar de a Carta Magna de Weimar ter estado em vigor, na verdade praticava-se outra Constituição: o pacto social nacional-socialista.

Agora está em preparo acelerado a reforma da Constituição marcada para outubro de 1993. Como alterar aquilo que nem ainda foi posto em prática e totalizado por leis complementares? É um absurdo que só cabe num país castigado pela incoerência desde o início.

Há necessidade, ao invés de reforma constitucional, preencher-se o vazio do poder criado por esta situação anômala, iniciando-se um amplo movimento nacional pela implantação definitiva da Constituição de 1988, usando-se como instrumento de ação a Ética Jurídica, com sua fonte na Doutrina Social da Ideologia Cristã, a qual, como já foi provado, foi desde o início a matriz da Ética Jurídica, a ciência dos valores morais. A Igreja pode ser o intelectual orgânico da sociedade brasileira na atual situação de pré-insurgência, quando o país está numa encruzilhada:

ou resolve seus problemas numa luta política não violenta, a "guerra de posições" numa expressão de Gramsci. Esta guerra de posições é o acúmulo de forças em todos os segmentos da sociedade civil, para que em dado momento, num salto de qualidade, a sociedade política perceba que é obrigada a se sujeitar ao povo organizado. E as instituições dali para frente estarão aptas a praticarem o bem público. Ou, se não houver uma ação neste sentido, com certeza haverá outra guerra: as oligarquias, os monopólios, o capital financeiro especulador, irão armar-se iniciando uma guerra repressiva em grande escala, levando milhares de pessoas à morte inútil. Será o "Leviatã" arrancando da face a sua máscara de discurso mistificador do poder totalitário e mostrando a verdadeira face: a de deusa da morte.

E se não houver esta tomada de posição as consequências poderão ser as mais funestas. Exemplos históricos não faltam de povos, governos e estadistas que não ouviram as vozes portadoras da Ética e geraram catástrofes. Antes e durante a Segunda Guerra Mundial o Papa Pio XI e seu sucessor Pio XII não cansaram de advertir. No Brasil a Conferência Nacional dos Bispos - CNBB seguidamente tem advertido a respeito da grave situação social, econômica e política. Um Bispo foi seqüestrado, muitos padres assassinados e até freiras foram torturadas. Como resultado, a situação social geradora de miséria e criminalidade saiu do controle, podendo gerar grave comoção social. Parece que os homens de Estado nunca aprendem as lições da História.

Considerações Finais

*"Enquanto o domínio imposto precisa
das armas para se manter, o domínio
gerado pelo amor dispensa o
uso da força".*

Gandi

A ESPERANÇA: Valorização do Direito Natural

Do que foi exposto, através da citação bibliográfica, pesquisa em cientistas e da exposição, depreendeu-se que o Brasil deste ano de 1994 está numa encruzilhada e do destino escolhido dependerá o futuro do país como nação unida e com condições de traçar soberanamente seu destino. Em sã consciência, ninguém desejará que este país se torne um novo "Chifre da África", com todas as tragédias que já aconteceram e ainda acontecerão.

Ponderando-se, assim, que a placa "Suécia" aponte para um Estado dedicado à consecução do bem comum, ou interesse coletivo. E que o bom senso manda traçar a rota nesta direção, resta, dentro da sistemática da Administração por Objetivos entender quais os meios pelos quais poder-se-á lá chegar. Tomando-se a Suécia como exemplo, ela realizou algo parecido na década de vinte. O país nórdico era um dos mais atrasados da Europa, a tal ponto de se duvidar da continuidade do país, voltando a integrar a Dinamarca. Isto porque a emigração estava esvaziando o país. Reuniu-se uma Constituinte Sócio Econômica com a presença de todos os segmentos das sociedades civil e política e numa verdadeira Assembléia Geral lançaram-se as bases de nova ordem social e econômica. E a Suécia superou todos os seus problemas, tornando-se uma das nações mais estáveis do planeta. E o que deverá ser

feito no Brasil: ao invés da revisão constitucional, lançar-se uma grande cruzada de debates em todos os segmentos da sociedade culminando com a grande "Assembléia Nacional" na qual serão sintetizadas todas as conclusões e aprovadas, assumindo-se o compromisso de, mediante um juramento de manutenção da unidade nacional, pôr em prática as conclusões e resoluções tomadas. E vem a pergunta maior: qual parte da sociedade civil estaria apta a reclamar, liderar, pelo menos no início, esta Assembléia Nacional destinada à afirmação da cidadania de todos os brasileiros, já que os partidos políticos estão desacreditados, os sindicatos estão apenas saindo de meio século de atrelamento ao Estado, as Forças Armadas como instituição desgastaram-se demais de 1964 a 1988; os políticos, já é pública e notória a sua situação; o Judiciário faz parte do Estado a ser modificado?

Há, sim, uma instituição que não se desgastou e que tem um patrimônio ético, ideológico e até científico para poder chegar ao objetivo de um Estado que atenda ao Bem Comum: a Igreja - aquele conjunto de crenças socialmente organizadas firmadas pelo costume através da tradição. A referência não é somente à Igreja Católica, mas ao conjunto de associações religiosas que se intitulam cristãs. Isto porque já têm experiência em assistência direta. Poderão, assim, também ser úteis na assistência indireta, no que se refere à prática administrativa das ciências humanas. Isto vem se tornando cada vez mais necessário à medida que a ciência vai avançando em suas descobertas. Pode-se citar como

exemplo a recente encíclica do Papa João Paulo II "Sobre o Trabalho Humano", que reeditou a *Rerum Novarum*. Esta prática já é antiga no Brasil: ensino e proteção aos índios, escolas administradas pelas igrejas, até universidades do mais alto nível. Muitos pensadores desprezaram a Religião como nociva aos interesses do povo, principalmente o mais sofrido e explorado. Entretanto, se estes pensadores vivessem no Brasil de 1968 para cá veriam uma realidade bem diferente: a Igreja, pelo menos certos setores, engajada profundamente na redemocratização, na luta contra a tirania.

Um dos primeiros setores em que as Igrejas deveriam exercer influência mais dinâmica é o dos cursos jurídicos. Nos currículos de Direito estão sendo abandonadas matérias fundamentais como Hermenêutica Jurídica, Ética Jurídica, Filosofia do Direito. A Ética é ensinada somente no que se refere à atividade do advogado: Deontologia Jurídica, mas não como ciência autônoma, como suporte de toda a ciência jurídica. O objetivo é formar técnicos jurídicos e não juristas no verdadeiro sentido da palavra. O resultado é um enorme desvio de valores, em que os futuros juizes, promotores, delegados, advogados e legisladores perderam a noção da irmandade entre o Direito e a Justiça; perderam a base dos princípios gerais do Direito; perderam a bússola da Jurisprudência interpretativa e supletiva, base da tradição jurídica brasileira. Até a Metodologia Científica ensinada nos Cursos Jurídicos é a das ciências empíricas, procurando incutir na mente dos

estudantes a falácia de que não é possível alcançar verdades. Isto tudo leva a um ceticismo geral, fazendo com que os advogados não se importem da maneira como vencem as causas, desde que alcancem a vitória para seu cliente. Isto tudo torna-se ainda mais tenebroso no aparelho policial onde se considera o mais importante elucidar o caso, não importando como: depois corrige-se o erro que infringiu a lei. Pode-se prender arbitrariamente quando necessário, principalmente se o suspeito é de baixa renda - depois o juiz libera por *habeas corpus*, se o suspeito tiver dinheiro para contratar um advogado.

Outro ponto no qual as Igrejas deveriam ser profundamente atuantes é o campo dos direitos humanos, que no Brasil são um belo discurso. As comissões de direitos humanos deveriam ter direito de fiscalização nos presídios e cadeias públicas para constatarem *in loco* a situação de saúde e higiene dos detidos juntamente com o Juiz das Execuções Penais de cada comarca, bem como as Secretarias de Bem-Estar Social das Prefeituras, para a solução imediata dos problemas. Quanto ao problema da AIDS nos presídios, ninguém se preocupa com ela, nenhuma providência é tomada. Entretanto, quando tiverem que ser tomadas providências drásticas, será tarde porque a terrível síndrome já terá se alastrado, sem volta até completar a morte de parcelas significativas da humanidade.

A Medicina em sua prática social também está se

afastando a passos largos da Etica. Milhares de mulheres em idade fértil, estão sendo esterilizadas para controle social da natalidade, contrariando dispositivos do Código Penal que tipificaram a mutilação como crime. O Código de Etica Médica foi alterado em seu artigo 52º, onde se proibia a esterilização voluntária e substituído pelo dispositivo atual, o artigo 43, que ensina: "É vedado: descumprir legislação específica nos casos de transplantes de órgãos ou tecidos, esterilização, fecundação artificial ou abortamento." Imediatamente, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei legalizando a esterilização voluntária de homens e mulheres. Isto porque, segundo dados do IBGE, no Brasil já existem 28 milhões de mulheres esterilizadas: 16% das mulheres brasileiras. E o planejamento familiar pela mutilação de homens e mulheres férteis e com saúde perfeita. Existindo meios menos drásticos, uma esterilização irreversível é crime tipificado no artigo 129 parágrafo 2º inciso III do Código Penal Brasileiro. E se a Medicina continuar a se orientar fora dos princípios da Etica, poderá abrir caminho para o desvirtuamento de seus princípios básicos.

Os mecanismos legislativos, como o Congresso Nacional, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores deveriam ter suas decisões continuamente submetidas a um crivo da Etica com representantes da sociedade civil detentoras de princípios éticos, evitando-se que a lei seja usada para instrumento de injustiça e criação de miséria. Exemplo típico é a

lei de Seguridade Social, que legaliza verdadeiras arbitrariedades, que poderiam caber perfeitamente no artigo 155 do Código Penal. Um dirigente do INSS chegou a afirmar: "Existe furto, sim, mas dentro da lei".⁴⁴

No Judiciário, então, a Ética levantou asas e voou. As procrastinações de processos contra o Estado visando indenizações ou pagamento de direitos sonegados formam montanhas de processos dormindo "o sono dos injustos" nos escaninhos dos cartórios. Há toda uma rede de cumplicidade na anestesia dos processos, a tal ponto que advogados desanimam da solução da lide e a abandonam, exaustos. Entretanto, existem aqueles que não cansam. Um bom presente faz o processo levantar vôo. E o advogado passa a ter prestígio como ganhador de causas. Mas não têm coragem de explicar como fazem. O Direito praticado no Judiciário, faliu.

No Poder Executivo ninguém dá importância ao fato de milhões de brasileiros estarem vegetando na miséria absoluta. Foram conduzidos habilmente a este estado por meio de uma inteligente Engenharia Social, em que leis injustas, ilegítimas, decretos, decretos-leis e medidas provisórias ao invés de criarem o Bem Comum, criam e mantêm Injustiça Social.

E os legisladores dizem que o Direito é o conjunto

⁴⁴ Ouvido pelo Autor da coordenadora estadual de benefícios do INSS.

das leis. Kelsen o afirmou em primeiro lugar. Mas o mestre de Viena também escreveu a Teoria das Normas, na qual explica a criação de normas jurídicas detentoras de legitimidade e eficácia, elaboradas de tal maneira que sejam revestidas das características básicas da lei. Só elas têm capacidade de serem inseridas no sistema jurídico. E este a aceita, pois a base do Direito é a Justiça. Afinal, os Romanos, sistematizadores da Ciência Jurídica, afirmavam:

"Equidade é o sentimento firme e constante de dar a cada um o que lhe é devido".⁴⁵

"Justiça (Direito) é dar a cada um o que lhe é devido".⁴⁵

⁴⁵ J. Cretella Júnior, Curso de Direito Romano, parágrafo 35 e parágrafo 11.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALTAVILA, Jayme. Origem do Direito dos Povos. São Paulo, Editora Icone, 1989, 300p.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. Trad. de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985. 301p.
- ARAGAO, Antônio Moniz Sodré. As três escolas penais. Rio de Janeiro, Editora Freitas Bastos, 1977. 355 p.
- BACHELARD, Gaston. Textos Seleccionados. Coleção "Os Pensadores" Trad. José Américo Mota Pessanha, São Paulo, Abril Cultural, 1980. 354 p.
- BERGSON, Henri. Textos Seleccionados. Coleção "Os Pensadores" Trad. José Américo Mota Pessanha. São Paulo, Abril Cultural, 1984. 238 p.
- CASTRO, Josué. Fome, um tema proibido. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1984. 210 p.
- CATÃO, Francisco. O que é Teologia da Libertação. São Paulo, Nova Cultural, 1986. 100 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, LPM, 1981. 232 p.
- COUTINHO, Leão Meyer. Código de Ética Médica Comentado. São Paulo, Editora Saraiva, 1994.
- CRETELLA JNR., José. Curso de Direito Romano. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1983. 486p.
- ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Trad. José Silveira Paes. São Paulo, Global Editora, 1984. 301p.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981. 218p.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. A Cidade Antiga. Trad. de Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo, Editora Nemus, 1975. 340p.
- GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Trad. de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983. 307p.
- GUIDE, Charle. Curso de Economia Política. Buenos Aires, Libreria El Ateneo Editorial, 1955. 705p.

- GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1978. 341p.
- HOUTART, François. Religião e Modos de Produção Pré-Capitalistas. Trad. Alvaro Cunha. São Paulo, Edições Paulinas, 1982. 243p.
- KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. in "Os Pensadores". Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 101/162.
- KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Trad. de Mario R. Cruz. in "Os Economistas". São Paulo, Nova Cultural, 1985. 333p.
- LUHMANN, Niklas. Legitimação pelo Procedimento. Trad. Maria da Conceição Corte Real. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980. 202p.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1992. 337p.
- MEIRA, Sílvio. Teixeira de Freitas, o Jurisconsulto do Império. Brasília. Livraria José Olímpio Editora. 584p.
- MERLEAU PONTY, Maurice. Textos Selecionados. in "Os Pensadores" Trad. Marilena Chauí. São Paulo, Abril Cultural, 1980. 260p.
- MONTEIRO DE LIMA, Décio. Enquanto o Diabo Cochila. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1990. 199p.
- MOURA DA SILVA, Adroaldo. in "Os Pensadores". São Paulo, Nova Cultural, 1985. 333p.
- OLIVEIRA, Aristeu. Prática Trabalhista dos Direitos Sociais. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1988. 199p.
- PACHIKANIS, E.B. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo, Editora Acadêmica, 1988. 136p.
- PAIM, Antônio. Os Problemas da Moral Social Contemporânea. in "Revista Ciências Humanas". Rio de Janeiro, Editora Universidade Gama Filho, 1980. 619p.
- PASOLD, César. Luiz. Função Social do Estado Contemporâneo. Florianópolis, Editora Estudantil, 1988. 95p.
- Revista dos Tribunais, 1978. 908p.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e a Questão Religiosa. São Paulo, Edições Paulinas, 1984. 230p.
- RAO, Vicente. O Direito e a Vida dos Direitos. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1978. 908p.

- REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 1984.
- REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público. São Paulo, Editora Saraiva, 1991. 407p.
- SANTIAGO DANTAS, Francisco Clementino. in Encontros da UNE - Ensino Jurídico. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979. 144p.
- SILVA, Benedito. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. 500p.
- TORRES, Camilo. Cristianismo e Revolução. São Paulo, Global Editora Ltda., 1981. 227p.
- VALENTE, P. Milton Luiz. Ludus Primus. Porto Alegre. Livraria Selbach, 1945.
- VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1990. 267p.
- VIZENTINI, Paulo. Da Guerra Fria à Crise. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1992. 117p.
- REVISTA - CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO - Ano VII - nº 73.